

RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 61.585.865/0001-51

NIRE 35.300.035.844

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

**Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
a serem realizadas em 08 de abril de 2020**

06 de março de 2020

RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 61.585.865/0001-51

NIRE 35.300.035.844

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SEREM REALIZADAS EM 08 DE ABRIL DE 2020

SUMÁRIO

Mensagem da Administração	3
Agenda das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.....	4
Local de Realização das Assembleias Gerais.....	5
Participação nas Assembleias	6
Estatuto Social da Companhia – Assembleia Geral	8
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	10
(a) Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, a serem publicados na edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Estado de São Paulo” do dia 20 de fevereiro de 2020, bem como do parecer do Conselho Fiscal	10
(b) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como a declaração de dividendos adicionais, para pagamento aos acionistas no dia 31/05/2020, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório	10
(c) Fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia	11
(d) Eleição do Conselho Fiscal.....	12
(e) Fixação do limite da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.....	12
(f) Alteração do Estatuto Social da Companhia	12
(g) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.....	13
ANEXO I.....	14
Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia.....	14
ANEXO II.....	34
Proposta de Destinação do Lucro Líquido	34
ANEXO III.....	39
Proposta de Remuneração dos Administradores	39
ANEXO IV	52
Informações sobre membros do Conselho de Administração e do.....	52
Conselho Fiscal Indicados	52
ANEXO V	58
Alterações Estatutárias Propostas	58
ANEXO VI	85
Estatuto Social Consolidado	85

Mensagem da Administração

Prezado Acionista,

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), companhia listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão ("B3") tem o prazer de convidá-lo a participar de suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias", "Assembleias Gerais" ou "AGOE"), convocadas para serem realizadas, cumulativamente, em 08 de abril de 2020, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, Butantã, na Capital do Estado de São Paulo.

Conforme reportado no Informe de Governança entregue em julho de 2019, e em linha com nosso compromisso de adotar práticas diferenciadas de Governança Corporativa, elaboramos o presente Manual, que tem por objetivo apresentar, de forma clara e sucinta, as propostas a serem discutidas na AGOE, assim como os procedimentos necessários para garantir seu comparecimento e participação.

Informamos que estarão presentes na Assembleia Geral membros da administração, do Conselho Fiscal e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Informamos, ainda, que, caso ainda exista alguma dúvida em relação às informações divulgadas, esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail juridico.societario@rd.com.br e/ou ri@rd.com.br.

Esperamos poder contar com sua presença. Sua participação é de extrema importância para a Companhia.

Agenda das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Serão submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas as propostas a seguir apresentadas. Mais informações acerca das propostas encontram-se disponíveis na sessão de anexos deste Manual, no site da Companhia (<https://www.rd.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br/>).

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, publicados na edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Estado de São Paulo” do dia 20 de fevereiro de 2020, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
- (ii) destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como a declaração de dividendos adicionais, para pagamento aos acionistas até 31/05/2020, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório
- (iii) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia;
- (iv) instalação do Conselho Fiscal para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2021;
- (v) uma vez instalado, fixação do número de membros que irão compor o Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; e
- (vii) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (viii) alteração do Estatuto Social da Companhia para: (vii.1) detalhar o objeto social, com a inclusão de novos itens, sem alteração da atividade básica original; (vii.2) alterar as competências do Conselho de Administração e a forma de participação nas reuniões; (vii.3) alterar a composição da Diretoria, suas competências e formas de participação nas reuniões; e (vii.4) alterar a forma de representação da Companhia; e
- (ix) consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Local de Realização das Assembleias Gerais

As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária serão realizadas, cumulativamente, no dia 08 de abril de 2020, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, Butantã, na Capital do Estado de São Paulo, conforme destacado no mapa abaixo.

Recomenda-se ao Acionistas interessados em participar das Assembleias que se apresentem no local com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos em relação ao horário indicado.

Participação nas Assembleias

Poderão participar nas Assembleias todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas da Companhia, pessoalmente ou através de representantes legais e procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia – Itaú Unibanco S.A.

A fim de viabilizar a sua participação nas Assembleias Gerais, os Acionistas deverão apresentar a seguinte documentação:

- Documento que comprove sua qualidade de acionista, qual seja, comprovante das ações escriturais de sua titularidade expedido pelo agente custodiante (ou o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente, para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas)
- Documentos que comprovem a sua identidade, em via original ou cópia autenticada, quais sejam:

a.	Pessoa Física
○	Documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas)
○	Caso representado por procurador ^{1, 2} , procuração e documento de identidade do procurador
b.	Pessoa Jurídica
○	Estatuto ou Contrato Social consolidado e atualizado
○	Caso representado por representante legal, documentos societários que indiquem a sua eleição e documento de identidade com foto do representante
○	Caso representado por procurador ^{1, 3} , procuração e documento de identidade com foto do procurador
c.	Fundo de Investimento
○	Regulamento consolidado do fundo
○	Estatuto ou Contrato Social consolidado e atualizado do administrador ou gestor do fundo
○	Documento de identidade com foto do representante legal
d.	Estrangeiros
○	Mesma documentação aplicável aos Acionistas brasileiros, sendo que os documentos emitidos no exterior, tais como procurações e documentos societários, deverão ser devidamente notariados e apostilados/consularizados, ficando dispensada a tradução juramentada de documentos lavrados em português, inglês ou espanhol ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas

¹ A Companhia **não** admite procurações outorgadas por meio eletrônico

² O acionista pessoa física pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos, conforme exigido pelo §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76

³ Em observância à decisão do Processo CVM nº RJ2014/3578, para representação de acionista pessoa jurídica, será aplicada a regra geral de representação do Código Civil Brasileiro. Dessa forma, quaisquer procuradores devidamente constituídos de acordo com a lei e com os estatutos ou contratos sociais das respectivas pessoas jurídicas podem participar da Assembleias Gerais ainda que não sejam acionistas, administradores ou advogados

Seguindo a prática adotada nos últimos exercícios sociais, solicitamos que, preferencialmente, cópia da documentação aqui mencionada seja enviada à Companhia por correio ou por e-mail, até **06 de abril de 2020**, conforme orientações abaixo:



Raia Drogasil S.A. | Diretoria Jurídica
Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097
São Paulo – SP, CEP 05339-000



At. Diretoria Jurídica
E-mail: juridico.societario@rd.com.br

O envio prévio da documentação tem como objetivo proporcionar celeridade no cadastramento dos Acionistas e otimizar os trabalhos nas Assembleias Gerais. Entretanto, o Acionista que comparecer às Assembleias Gerais munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

O Acionista poderá optar por exercer seu direito de voto à distância, sem a necessidade, portanto, de comparecer presencialmente nas Assembleias Gerais ou indicar representante ou procurador para representá-lo.

Para tanto, o Acionista deverá preencher os Boletins de Voto à Distância disponibilizados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e enviá-los à Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento a seus respectivos custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia. As instruções para preenchimento e envio dos Boletins de Voto à Distância estão devida e detalhadamente discriminadas nos Boletins divulgado pela Companhia.

Caso o Acionista opte por enviar os Boletins diretamente à Companhia, deverá ser observada a entrega da seguinte documentação adicional: (i) via física original dos Boletins devidamente preenchidos, rubricados e assinados; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 40 da Lei nº 6.404/76, para fins de comprovar sua qualidade de acionista (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e (iii) documento de identificação, nos termos previstos acima.

Os Boletins de Voto à Distância deverão ser recebidos pela Companhia e/ou pelo custodiante e/ou pelo escriturador, conforme aplicável, em até 7 (sete) dias antes da data das Assembleias Gerais (convocadas para o dia **08 de abril de 2020**). Boletins recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados. Nos termos da Instrução CVM 481/09, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento dos Boletins, acusaremos o recebimento de tais documentos e informaremos se haverá necessidade de realizar qualquer tipo de retificação.

Estatuto Social da Companhia – Assembleia Geral

Para facilitar a referência e consulta, destacamos abaixo as regras previstas no Estatuto Social da Companhia relativas às Assembleias Geral. Para acessar a íntegra do Estatuto Social da RD, [clique aqui](#).

Capítulo IV – Assembleia Geral

Artigo 15 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses que se seguirem ao término do exercício social, para deliberar matéria que lhe é atribuída por lei e, extraordinariamente, quando convocada pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto Social.

Artigo 16 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo acionista ou administrador da Companhia indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 17 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das S.A. e observado o disposto no parágrafo onze do artigo 24 deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

Parágrafo Segundo - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A. e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Não obstante as obrigações contidas neste parágrafo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos, pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

Artigo 18 - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) reformar o Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia;
- h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

- i) deliberar sobre o aumento do capital social, fora do limite do capital autorizado, ou redução do capital social, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;
- j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;
- k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou das Reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em tais acordos de acionistas.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 9º, 10, 11, 12 e 14 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).

A administração da **RAIA DROGASIL S.A.** apresenta sua proposta (“Proposta”) relativamente às matérias constantes da ordem do dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, cumulativamente, em 08 de abril de 2020, às 15:00 horas, conforme abaixo:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(a) Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, a serem publicados na edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Estado de São Paulo” do dia 20 de fevereiro de 2020, bem como do parecer do Conselho Fiscal

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019, conforme divulgadas em 19.02.2020 nos websites da CVM e da B3, através do Sistema Empresas.Net, e também no website da Companhia, e publicadas no “Diário Oficial do Estado do São Paulo” e no jornal “O Estado de S. Paulo” em 20.02.2020 (as “Demonstrações Financeiras”).

Nos termos do artigo 9º, inciso III da ICVM 481, as informações dispostas no **Anexo I** à presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

O Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, conforme parecer divulgado, através do Sistema Empresas.Net, em 19.02.2020.

Adicionalmente, foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes, nos termos da ICVM 481.

(b) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como a declaração de dividendos adicionais, para pagamento aos acionistas no dia 31/05/2020, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório

Propomos que seja aprovada a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício encerrado em 31.12.2019, nos termos indicados nas Demonstrações Financeiras e detalhados no **Anexo II** a esta Proposta, elaborado em conformidade com o artigo 9º, §1º, inciso II da ICVM 481. O Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, da referida proposta de destinação do lucro líquido, conforme parecer divulgado, através do Sistema Empresas.Net, em 19.02.2020.

A proposta de destinação do lucro líquido

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 772.240.225,48
Realização da Reserva de Reavaliação	R\$ 174.181,39
Dividendos Prescritos em 2019	R\$ 528.402,65
Valor total a ser destinado	R\$ 772.942.809,52

Destinações:

Reserva Legal 5% do Lucro Líquido do Exercício	R\$ 38.612.011,27
Juros Sobre Capital Próprio apropriado em 2019 (valor bruto)	R\$ 211.500.940,58
Dividendo Adicional Proposto	R\$ 20.171.127,06

Reserva de Incentivos Fiscais (12,37% do resultado líquido do exercício)	R\$ 95.593.137,55
Reserva Estatutária (52,66% do resultado líquido do exercício)	R\$ 407.065.593,06

Propõe-se que seja atribuído ao dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração em reuniões extraordinárias de (b.1.) 21 de março de 2019, no valor bruto de R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais), correspondente à R\$ 0,172923963 por ação, sobre o qual é efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, conforme aplicável, pago aos acionistas em 03 de dezembro de 2019, (b.2.) 21 de junho de 2019, com re-ratificação em 22 de julho de 2019), no valor bruto de R\$ 53.500.940,58 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos), correspondente à R\$ 0,162303512 por ação, sobre o qual é efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, conforme aplicável, pago aos acionistas em 03 de dezembro de 2019, (b.3) 23 de setembro de 2019, no valor bruto de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais) correspondente à R\$ 0,157739919 por ação, sobre o qual será efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, conforme aplicável, a ser pago aos acionistas até 31 de maio de 2020 sem acréscimo de correção monetária ou juros, e (b.4.) 06 de dezembro de 2019, no valor bruto de R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais), sobre o qual será efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, conforme aplicável, correspondente à R\$ 0,148639539 por ação, a ser pago aos acionistas até 31 de maio de 2020 sem acréscimo de correção monetária ou juros; totalizando o valor bruto de R\$ 211.500.940,58 (duzentos e onze milhões, quinhentos mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos) e o valor líquido de R\$ 181.028.100,79 (cento e oitenta e um milhões, vinte e oito mil, cem reais e setenta e nove centavos).

Propõe-se, ainda, a declaração de dividendos adicionais no valor de R\$ 20.171.127,06, para pagamento aos acionistas até 31/05/2020.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo II** da presente Proposta.

(c) Fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia

Propomos que a remuneração global dos administradores, a ser paga no exercício social de 2020, seja fixada no montante anual de até R\$ 59.354.692,00.

Detalha-se, a seguir, o valor da verba proposta:

Administradores	Remuneração Fixa	Remuneração Variável (Máximo)	Remuneração Baseada em Ações	Benefícios Pós Emprego	TOTAL
Conselheiros	8.676.904	-	-	-	8.676.904
Diretoria	13.913.993	19.822.104	16.941.691	-	50.677.788
TOTAL	22.590.897	19.822.104	16.941.691	-	59.354.692

Para o exercício de 2019, foi aprovada uma proposta de remuneração dos administradores no valor líquido de até R\$ 44.695.305,00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e cinco reais), e valor total bruto de até R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais). O valor bruto efetivamente realizado durante o referido período foi de R\$ 43.472.856,00 (quarenta e três milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais). A diferença no ano de 2019 entre o limite aprovado e o valor efetivamente pago decorre, principalmente, dos montantes pagos a título de remuneração variável.

Valor	Aprovado 2019	Efetivo 2019	Proposto 2020
Bruto	R\$ 53.000.000	R\$ 43.472.856	R\$ 59.354.692
Líquido	R\$ 44.695.305	R\$ 36.332.529	R\$ 49.192.277

As informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM 480, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo III** da presente Proposta.

(d) Eleição do Conselho Fiscal

Propõe-se que o Conselho Fiscal seja instalado e composto por 4 membros efetivos e igual número de suplentes. Os acionistas controladores propõem, ainda, que sejam reeleitos, para preencherem 3 vagas efetivas, e como seus respectivos suplentes, os seguintes candidatos:

Titulares:

- (i) Gilberto Lerio;
- (ii) Fernando Carvalho Braga; e
- (iii) Mário Antonio Luiz Corrêa.

Suplentes:

- (i) Flavio Stamm;
- (ii) Paulo Sérgio Buzaid Tohmé; e
- (iii) Vivian do Valle Souza Leão Mikui

A 4ª vaga será preenchida, em votação em separado, da qual participarão os acionistas minoritários da Companhia, nos termos do art. 161, §4º, alínea a, da Lei nº 6.404/76, tendo a administração da Companhia recebido as seguintes indicações de candidatos, para a referida vaga, por parte de acionistas minoritários titulares de ações ordinárias representativas, nesta data, de mais de 1% (um por cento) das ações ordinárias da Companhia:

Indicados por: Barthe Holdings LLC, Tyler Finance LLC, Constellation Master FIA, Constellation Compounders FIA, Constellation 70 Previdência FIM, Constellation ICATU 70 Previdência FIM, Constellation SulAmérica Previdência FIM, Constellation 100 Prev FIM FIFE, Absoluto Partners Master Fundo de Ações, Absoluto Partners Institucional Master Fundo de Ações, Miles Acer Long Bias Master Fundo de Investimento Multimercado, Miles Virtus Master Fundo de Investimento em Ações e Miles Virtus Previdenciário Master Fundo de Investimento em Ações.

Titular: Felipe Elias Ribeiro David

Suplente: Marcello da Costa Silva

Indicados por Caixa de Previdência do Banco do Brasil – Previ

Titular: Robert Juenemann

Suplente: Alessandra Eloy Gadelha

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM 480, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo IV** da presente Proposta.

(e) Fixação do limite da remuneração dos membros do Conselho Fiscal

Propomos que a remuneração dos conselheiros fiscais corresponda ao mínimo legal, de modo que a remuneração de cada membro, em exercício, corresponderá a dez por cento da média da remuneração atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(f) Alteração do Estatuto Social da Companhia

Propomos que o Estatuto Social da Companhia seja alterado, conforme detalhado nos **Anexo V** a esta Proposta, de modo a: (vii.1) detalhar o objeto social, com a inclusão de novos itens, sem alteração da atividade básica original; (vii.2) alterar as competências do Conselho de Administração e as formas de participação nas reuniões; (vii.3) alterar a composição da Diretoria, suas competências e formas de participação nas reuniões; e (vii.4) alterar a forma de representação da Companhia.

O detalhamento do objeto social referido no item (vii.1) do parágrafo anterior, uma vez que não representa modificação substancial do objeto social mas, tão- somente, um acréscimo de atividades complementares ou integradas às já desenvolvidas pela Companhia, não enseja o direito de retirada previsto no artigo 137 da Lei das S.A.

(g) Consolidação do Estatuto Social da Companhia

Propomos que, em vista das alterações propostas no item acima, seja aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo VI** à presente proposta.

A Administração

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia

(Conforme item 10 do Formulário de Referência, Instrução CVM 480)

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2019 possuíamos 2.073 lojas em operação, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Tocantins, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

Somos a maior rede de drogarias do país, em faturamento e número de lojas, segundo o ranking da Abrafarma (Associação Brasileira Redes Farmácias Drogaria), divulgado em 2019. Os recursos utilizados para a operação de nossas atividades, incluindo a abertura, modernização e manutenção das lojas são provenientes da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC, não medicamentos e serviços, bem como da prestação de serviços aos nossos clientes.

Em decorrência da evolução consistente nos resultados operacionais da empresa ao longo dos últimos anos e da confortável situação de liquidez atual, acreditamos que a empresa possui sólidas condições patrimoniais e financeiras necessárias à condução de nossa operação.

Adicionalmente, mantivemos uma situação de liquidez estável ao longo dos últimos anos. Ao final de 2019, nosso índice de liquidez corrente era de 1,62 comparado a 1,55 no ano de 2018, representando uma redução pouco significativa, e no ano de 2017 o índice era 1,58.

Importante mencionar que em 31 de dezembro de 2019 o nosso caixa e equivalentes de caixa atingiu R\$ 299.226 mil (Dez/18 - R\$ 241.568 mil, Dez/17 - R\$ 264.873 mil), enquanto os empréstimos e financiamentos da companhia no mesmo período totalizavam R\$ 1.126.476 mil (Dez/18 - R\$ 843.150 mil, Dez/17 - R\$ 610.959 mil). Este aumento nos empréstimos e financiamentos é fruto da emissão das séries de debêntures em 2017, 2018 e 2019.

O patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 4.076.419 mil (Dez/18 - R\$ 3.534.767 mil, Dez/17 - R\$ 3.250.372 mil), apresentando um aumento de R\$ 541.652 mil ou 15,3%. Esse acréscimo deveu-se principalmente pela constituição de Reserva de Lucros, composta da seguinte forma R\$ 38.612 mil da Reserva Legal de 5%, R\$ 95.593 relativos a reserva de incentivos fiscais e R\$ 407.065 relativo a Reserva Estatutária, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

A Companhia analisa os índices de liquidez com a finalidade de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo, bem como as necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. A Administração entende que os níveis atuais dos índices de liquidez estão em boa situação nos últimos 03 exercícios sociais, a Companhia atua e toma as medidas cabíveis para manter sua boa situação financeira.

Indicador (IAS-17)	2019 ^A	2018	2017
Liquidez Corrente ¹	1,62	1,55	1,58
Liquidez Geral ²	1,22	1,22	1,24

Indicador (IFRS-16)	2019 ^B	2018
Liquidez Corrente ¹	1,41	1,33
Liquidez Geral ²	0,76	0,58

1) Liquidez Corrente¹ = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

2) Liquidez Geral² = (Ativo Circulante + Realiz.Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível Longo Prazo)

A) Índices calculados comparáveis aos anos anteriores não considerando as novas normas contábeis vigentes (IAS17)

B) Índices calculados considerando as novas normas contábeis vigentes (IFRS16)

b. estrutura de capital

Nos últimos anos, a Companhia vem se financiando predominantemente com recursos próprios. Nosso endividamento bruto, ao final de 2019 totalizava R\$ 1.126.476 mil (Dez/18 - R\$ 843.150 mil, Dez/17 - R\$ 610.959 mil), composto principalmente por recursos de longo prazo captados com a emissão de debêntures, em comparação a um patrimônio líquido de R\$ 4.076.419 mil (Dez/18 - R\$ 3.534.767 mil, Dez/17 - R\$ 3.250.372 mil) e um caixa e equivalentes de caixa de R\$ 299.226 mil (Dez/18 - R\$ 241.568 mil, Dez/17 - R\$ 264.873 mil).

Valores em milhares de Reais

Estrutura de Capital	2019	AV	2018	AV	2017	AV
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	4.076.419	78,35%	3.534.767	80,74%	3.250.372	84,18%
Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazo)	1.126.476	21,65	843.150	19,26%	610.959	15,82%
Total	5.202.895	100,00%	4.377.917	100,00%	3.861.331	100,00%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Pela estrutura financeira já relatada, a Administração entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar todos seus compromissos financeiros, bem como atender todas as necessidades de capital de giro e investimentos programados.

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso passivo circulante era de R\$ 4.078.485 mil (Dez/18 - R\$ 2.913.445 mil, Dez/17 - R\$ 2.493.779 mil), valor inferior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R\$ 5.756.046 mil (Dez/18 - R\$ 4.529.825 mil, Dez/17 - R\$ 3.928.204 mil), incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R\$ 299.226 mil (Dez/18 - R\$ 241.568 mil, Dez/17 - R\$ 264.873 mil).

Importante ressaltar que o perfil de nossa dívida é bastante confortável. Em 31 de dezembro de 2019, nossa dívida de curto prazo era de R\$ 228.661 mil (Dez/18 - R\$ 272.939 mil, Dez/17 - R\$ 196.248 mil), enquanto 79,7% do nosso endividamento bruto, R\$ 897.815 mil, tinha vencimento previsto para o longo prazo (Dez/18 - R\$ 570.211 mil, Dez/17 - R\$ 414.711 mil). Finalmente, vale mencionar que a nossa dívida é composta principalmente de recursos oriundos das debêntures com taxas de juros de mercado atreladas ao CDI.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de liquidez da Companhia é a geração de caixa na operação. Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia obteve recursos por meio de empréstimos e debêntures junto ao mercado financeiro, ao quais foram empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimento de curto prazo. Para maiores detalhes, vide item 10.1.f sobre os contratos de empréstimos e financiamento relevantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos empréstimos e financiamentos incluem os instrumentos descritos na alínea (f) deste item 10.1. Não obstante a existência dos empréstimos e financiamentos descritos a seguir, acreditamos não possuir dependência de recursos advindos de terceiros para o desempenho de nossos negócios, tendo em vista nossa geração de caixa consistente e nossa solidez financeira.

A Companhia contratara novas operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro quando identificar a necessidade de recursos adicionais para financiar o seu plano de expansão ou com o objetivo melhorar o perfil do endividamento.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos, que montavam R\$1.126.476 mil (Dez/18 - R\$ 843.150 mil, Dez/2017 - R\$ 610.959 mil).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía obrigações em aberto perante o BNDES, incluindo empréstimos obtidos no âmbito do programa FINAME, no montante de R\$ 96.646 mil. Os empréstimos com o BNDES foram celebrados para financiar a aquisição de maquinários e equipamentos, bem como a reforma e expansão das lojas. O valor do principal e os juros desses empréstimos são geralmente pagos mensalmente, com datas de vencimento entre 2019 e 2022. O valor do principal dos empréstimos está denominado em reais, sendo uma parte com taxas de juros de mercado (SELIC) e outra parte com taxas de juros de longo prazo (TJLP) mais o spread do banco, e R\$ 1.029.830 mil relativos a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures, que foram utilizados como instrumento para fortalecer o capital de giro. O valor do principal e os juros desses empréstimos são pagos semestralmente, com datas de vencimento entre 2019 e 2027. O valor do principal das debêntures está denominado em reais, com taxas de juros de mercado atrelada ao CDI.

As taxas de juros praticadas nas linhas de crédito estão especificadas na tabela abaixo:

Itens de empréstimos e financiamentos	Taxa média anual de juros de longo prazo	Valores em milhares de Reais	
		2019	2018
BNDES - Subcrédito		96.646	186.033
Empreendimentos	TJLP + 2,09% (+ 2,12% - Dez/2018) a.a.	38.915	69.459
Empreendimentos	SELIC + 2,37% (+ 2,35% - Dez/2018) a.a.	48.406	82.348
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 2,02% - Dez/2018) a.a.	7.107	11.821
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 9,54% (+ 9,54% - Dez/2018) a.a.	956	2.596
Máquinas, equipamentos e veículos	SELIC + 2,42% (+ 2,42% - Dez/2018) a.a.	33	53
Capital de giro	SELIC + 2,42% (+ 2,42% - Dez/2018) a.a.		17.703
Outros		1.229	2.053
Debêntures		1.029.830	640.211
1ª Emissão de debêntures	104,75% do CDI	167.696	235.424
2ª Emissão de debêntures	104,50% do CDI	314.709	404.787
3ª Emissão de debêntures – Certificado de Recebíveis Imobiliários	98,50% do CDI	247.356	
4ª Emissão de debêntures	106,99% do CDI	300.069	
Empréstimos			16.906
Outros			16.906
Total		1.126.476	843.150
Passivo circulante		228.661	272.939
Passivo não circulante		897.815	570.211

Itens de empréstimos e financiamentos	Taxa média anual de juros de longo prazo	2018	2017
BNDES - Subcrédito			
Empreendimentos	TJLP + 2,12% (+ 2,23% - Dez/2017) a.a.	69.459	109.387
Empreendimentos	SELIC + 2,35% (+ 2,34% - Dez/2017) a.a.	82.348	115.633
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado (3,52% - Dez/2017) a.a.		914
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 2,02% - Dez/2017) a.a.	11.821	16.690
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 9,54% (+ 9,54% - Dez/2017) a.a.	2.596	4.301
Máquinas, equipamentos e veículos	SELIC + 2,42% (2,42% - Dez/2017) a.a.	53	71
Capital de giro	SELIC + 2,42% (+ 2,37% - Dez/2017) a.a.	17.703	58.359
Outros		2.053	2.448

Debêntures

1ª Emissão de debêntures	104,75% do CDI	235.424	303.156
2ª Emissão de debêntures	104,50% do CDI	404.787	

Empréstimos

Outros		16.906	
Total		843.150	610.959
Passivo circulante		272.939	196.248
Passivo não circulante		570.211	414.711

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Administradores da Companhia informam que, nos três últimos exercícios sociais, não houve grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e que o mesmo é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor (Lei nº 11.101/05).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 96.646 mil (Dez/18 - R\$ 186.033 mil, Dez/17 - R\$ 307.803 mil) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual e, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não houve descumprimento às referidas exigências. Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia concederia ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

As debêntures da Companhia totalizam o montante de R\$ 1.029.830 mil em 2019 (Dez/18 R\$ 640.211 mil e Dez/17 R\$ 303.156) estão condicionadas ao cumprimento da seguinte cláusula restritiva ("covenants"):

- Dívida Líquida / EBITDA: não poderá ser superior a 3,0 vezes.

A mensuração dos "covenants" é trimestral e, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não houve descumprimento às referidas exigências. O não cumprimento dos "covenants" por 2 trimestres consecutivos poderá ser considerado como evento de inadimplemento e, consequentemente, ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

A Companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de "covenants" não financeiros.

g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 2013, assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para cinco anos (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017) junto ao BNDES no valor de R\$ 705.600 mil. Foi liberado em 2013 o valor de R\$ 80.278 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013, em 2014, o valor de R\$ 37.704 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013, e o valor de R\$ 83.379 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014. Em 2015, o valor de R\$ 28.418 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014, e o valor de R\$ 67.360 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2015. Em 2016, o valor de R\$ 23.030 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2015 e o valor de R\$ 189.197 mil correspondente aos investimentos

financiáveis realizados em 2016. em 2017, o valor de R\$ 74.650 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2016 e não tivemos aporte de valores do BNDES para os investimentos financiáveis de 2017 conforme demonstrado no quadro abaixo.

Valores em milhares de Reais

Valor total do contrato BNDES 2013		Liberação dos Recursos Financeiros					
R\$ 705.600		2013	2014	2015	2016	2017	Total
Investimentos Financiáveis Realizados	2013	80.278	37.704	-	-	-	117.982
	2014	-	83.379	28.418	-	-	111.797
	2015	-	-	67.360	23.030	-	90.390
	2016	-	-	-	189.197	74.650	263.847
	2017	-	-	-	-	-	-
	2018	-	-	-	-	-	-
	2019	-	-	-	-	-	-
Total		80.278	121.083	95.778	212.227	74.650	584.016
Utilização dos recursos (%)		11,4%	17,2%	13,6%	30,1%	10,6	82,9%

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Valores em milhares de Reais

Demonstração do Resultado	2019	AV	2018	AV	AH
Receita líquida de vendas	17.565.600	100,0%	14.801.445	100,0%	18,7%
Custo das mercadorias vendidas	(12.367.239)	(70,4%)	(10.355.923)	(70,0%)	19,4%
Lucro bruto	5.198.361	29,6%	4.445.522	30,0%	16,9%
(Despesas) receitas operacionais					
Com vendas	(3.754.770)	(21,4%)	(3.261.896)	(22,0%)	15,1%
Gerais e administrativas	(533.393)	(3,0%)	(402.568)	(2,7%)	32,5%
Outras despesas operacionais	208.271	1,2%	(59.548)	(0,4%)	-449,8%
	(4.079.892)	(23,2%)	(3.724.012)	(25,2%)	9,6%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.118.469	6,4%	721.510	4,9%	55,0%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	76.945	0,4%	71.783	0,5%	7,2%
Despesas financeiras	(411.246)	(2,3%)	(154.437)	(1,0%)	166,3%
	(334.301)	(1,9%)	(82.654)	(0,6%)	304,5%
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	784.168	4,5%	638.856	4,3%	22,7%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(109.113)	(0,6%)	(120.410)	(0,8%)	-9,4%
Diferido	113.680	0,6%	(9.133)	(0,1%)	N/A
	4.567	0,0%	(129.543)	(0,9%)	-103,5%
Lucro líquido do exercício	788.735	4,5%	509.313	3,4%	54,9%
Atribuível a					
Acionista da Companhia	772.240		502.447		53,7%
Participação de Não Controladores	16.495		6.866		140,2%

Receita líquida de vendas

Encerramos 2019 com R\$ 17.565.600 mil de receita líquida, um aumento de 18,7% em relação ao ano anterior (R\$ 14.801.445 mil em 2018). Esta variação é decorrente da maturação das lojas abertas nos últimos anos, bem como expansão orgânica da Companhia com abertura de 240 lojas, somado a 42 unidades oriundas da Drogaria Onofre e 34 encerramentos de lojas em 2019. Outro fator importante para o aumento da receita líquida foi o crescimento médio de 9,5% nas mesmas lojas e 5,2% nas lojas maduras.

Lucro Bruto

Em 2019 obtivemos uma margem bruta de 29,6% sobre a receita líquida de vendas (30,0% em 2018). Esta retração da margem bruta ocorreu devido e principalmente de nossa estratégia agressiva de preços e mix de genéricos implementados ao longo de 2018.

(Despesas) receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2019 registramos R\$ 4.079.892 mil de despesas totais (R\$ 3.724.012 mil em 2018). Um aumento de R\$ 355.880 mil ou 9,6%, as principais despesas foram despesas de folha de pagamento, aluguel e energia elétrica, incorremos com uma pressão nas despesas de logística relacionado ao aumento das despesas com frete devido à nossa expansão para o Norte e à abertura de três novos CDs ao longo do ano. Ressaltamos que no ano ocorreu uma importante diluição das despesas devido principalmente pelo ganho de alavancagem operacional e ao desempenho de vendas de lojas maduras acima da inflação ao longo do ano.

Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2019 registramos R\$ 334.301 mil de resultado financeiro (R\$ 82.654 mil em 2018). Um aumento de R\$ 251.647 mil ou 304,5%, este aumento é decorrente dos encargos financeiros dos contratos de arrendamento reconhecidos como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil.

Imposto de renda e contribuição social

Registramos uma redução de R\$ 134.110 mil na conta de Imposto de Renda e Contribuição Social, passando para R\$ 4.567 mil em 2019 (R\$ -129.543 em 2018). Decorrente do reconhecimento do imposto diferido principalmente devido a reserva de reavaliação, do ágio sobre a rentabilidade futura e do ganho por compra vantajosa.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 788.735 mil em 2019 (R\$ 509.313 mil em 2018). O aumento no lucro líquido foi atribuído ao volume de vendas e a combinação de resultados com a aquisição da Drogaria Onofre.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Valores em milhares de Reais

Demonstração do Resultado	2018	AV	2017	AV	AH
Receita líquida de vendas	14.801.445	100,0%	13.212.505	100,0%	12,0%
Custo das mercadorias vendidas	(10.355.923)	(70,0%)	(9.224.505)	(69,8%)	12,3%
Lucro bruto	4.445.522	30,0%	3.988.000	30,2%	11,5%
(Despesas) receitas operacionais					
Com vendas	(3.261.896)	(22,0%)	(2.825.959)	(21,4%)	15,4%
Gerais e administrativas	(402.568)	(2,7%)	(369.669)	(2,8%)	8,9%
Outras despesas operacionais	(59.548)	(0,4%)	212	0,0%	N/A
	(3.724.012)	(25,2%)	(3.195.416)	(24,2%)	16,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	721.510	4,9%	792.584	6,0%	(9,0%)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	71.783	0,5%	106.883	0,8%	(32,8%)
Despesas financeiras	(154.437)	(1,0%)	(212.923)	(1,6%)	(27,5%)
	(82.654)	(0,6%)	(106.040)	(0,8%)	(22,1%)
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	638.856	4,3%	686.544	5,2%	(6,9%)

Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(120.410)	(0,8%)	(138.269)	(1,0%)	(12,9%)
Diferido	(9.133)	(0,1%)	(35.622)	(0,3%)	(74,4%)
	(129.543)	(0,9%)	(173.891)	(1,3%)	(25,5%)
Lucro líquido do exercício					
	509.313	3,4%	512.653	3,9%	(0,7%)
Atribuível a					
Acionista da Companhia	502.447		511.163		(1,7%)
Participação de Não Controladores	6.866		1.490		360,8%

Receita líquida de vendas

A nossa receita líquida de vendas e serviços é proveniente da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços remunerados, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio. Encerramos 2018 com R\$ 14.801.445 mil de receita líquida, um aumento de 12,0% em relação ao ano anterior (R\$ 13.212.505 mil em 2017). Esta variação é decorrente da maturação das lojas abertas nos últimos anos, bem como da expansão orgânica de 240 lojas em 2018.

Lucro Bruto

Em 2018 obtivemos uma margem bruta de 30,0% sobre a receita líquida de vendas (30,2% em 2017). Esta retração da margem bruta foi proveniente devido a um menor ajuste do Valor Presente Líquido (VPL), uma vez que as taxas de juros caíram no Brasil. O forte crescimento da 4Bio gerou um efeito negativo de mix na margem bruta, uma vez que os Medicamentos Especiais têm margem bruta menor do que a nossa operação de varejo.

(Despesas) receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 registramos R\$ 3.724.012 mil de despesas totais (R\$ 3.195.416 mil em 2017). Um aumento de R\$ 528.596 mil ou 16,5%, as principais despesas foram despesas de folha de pagamento, aluguel e energia elétrica, impulsionadas principalmente pela perda de alavancagem operacional devido ao desempenho de vendas de lojas maduras abaixo da inflação ao longo do ano, bem como pelo aumento do IGP-M, que aumentou a pressão sobre os aluguéis. Ressaltamos que no ano ocorreu uma importante diluição das despesas devido à 4Bio, que tem despesas de vendas mais baixas e registrou significativa diluição de despesas em 2018.

Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2018 registramos R\$ 82.654 mil de resultado financeiro (R\$ 106.040 mil em 2017). Uma redução de R\$ 23.386 mil ou 22,1%, esta redução é decorrente da reversão dos juros sobre opção de compra de ações da 4Bio.

Imposto de renda e contribuição social

Registramos uma redução de 25,5% na conta de Imposto de Renda e Contribuição Social, passando para R\$ 129.543 mil em 2018 (R\$ 173.891 em 2017). Decorrente da redução do lucro tributável apurado no ano e a uma decisão legal que permitiu a exclusão das subvenções para investimentos estaduais da base tributável do imposto de renda.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 509.313 mil em 2018 (R\$ 512.653 mil em 2017). A redução no lucro líquido foi atribuída a uma performance negativa no resultado de lojas maduras, compensado parcialmente com uma gestão efetiva nas despesas administrativas e com vendas, bem como das despesas financeiras.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Ativo (em milhares de R\$)	2019	AV	2018	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	299.226	2,4%	241.568	3,3%	23,9%
Clientes	1.189.019	9,7%	937.389	12,8%	26,8%
Estoques	3.851.388	31,4%	3.087.275	42,0%	24,8%
Tributos sobre o lucro a recuperar	5.815	0,0%	4.868	0,1%	182,6%
Outros tributos a recuperar	139.802	1,1%	79.984	1,1%	77,1%
Outras contas a receber	244.427	2,0%	156.847	2,1%	55,8%
Despesas do exercício seguinte	26.369	0,2%	21.894	0,3%	20,4%
	5.756.046	47,0%	4.529.825	61,6%	27,3%
Não circulante					
Depósitos judiciais	30.001	0,2%	25.770	0,4%	16,4%
Tributos a recuperar	68.099	0,6%	44.345	0,6%	31,5%
Ativo Restrito de Arbitragem	332.927	2,7%	0	0,0%	N/A
Outros créditos	1.481	0,0%	2.717	0,0%	(45,5%)
Imobilizado	4.814.260	39,3%	1.546.960	21,0%	243,3%
Intangível	1.245.441	10,2%	1.202.388	16,4%	3,6%
	6.492.209	53,0%	2.822.180	38,4%	147,3%
Total do ativo	12.248.255	100,0%	7.352.005	100,0%	73,4%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	2.653.236	21,7%	2.141.274	29,1%	23,9%
Empréstimos e financiamentos	228.661	1,9%	272.939	3,7%	(16,2%)
Arrendamentos financeiros a pagar	566.646	4,6%	0	0,0%	N/A
Salários e encargos sociais	296.674	2,4%	237.541	3,2%	24,9%
Impostos, taxas e contribuições	102.671	0,8%	92.964	1,3%	10,4%
Dividendo e juros sobre o capital próprio	68.255	0,6%	24.843	0,3%	307,0%
Provisão para demandas judiciais	26.008	0,2%	2.512	0,0%	935,4%
Outras contas a pagar	136.334	1,1%	141.372	1,9%	(2,0%)
	4.078.485	33,3%	2.913.445	39,6%	41,2%
Empréstimos e financiamentos	897.815	7,3%	570.211	7,8%	57,5%
Arrendamentos financeiros a pagar	2.617.987	21,4%	0	0,0%	N/A
Provisão para demandas judiciais	67.114	0,5%	48.877	0,7%	37,3%
Imposto de renda e contribuição social	123.986	1,0%	237.757	3,2%	(39,7%)
Opção de compra de ações adicionais	42.113	0,3%	36.380	0,5%	15,8%
Passivo de arbitragem	332.900	2,7%	0	0,0%	#DIV/0!
Outras obrigações	11.436	0,1%	10.568	0,1%	8,2%
Não circulante	4.093.351	33,4%	903.793	12,3%	403,4%
Total do passivo	8.171.836	68,7%	3.817.238	51,9%	127,0%
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da Controladora					
Capital social	2.500.000	20,4%	1.808.639	24,6%	38,2%
Reservas de capital	129.768	1,1%	116.363	1,6%	11,5%
Reservas de lucros	1.371.984	11,2%	1.522.073	20,7%	(8,1%)
Dividendo adicional proposto	41.643	0,3%	70.990	1,0%	(71,7%)
Ajuste de avaliação patrimonial	(18.382)	(0,2%)	(18.208)	(0,2%)	1,0%
	4.025.013	32,9%	3.499.857	47,6%	15,1%
Participação de não controladores	51.406	0,4%	34.910	0,5%	47,3%
Total do patrimônio líquido	4.076.419	33,3%	3.534.767	48,1%	15,5%
Total do passivo e patrimônio líquido	12.248.255	100,0%	7.352.005	100,0%	73,4%

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 1.226.221 mil ou 27,1% passando de R\$ 4.529.825 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5.756.046 mil em 31 de dezembro de 2019. A principal variação foi o aumento de R\$ 764.113 mil ou 24,8% em estoques, que passaram de R\$ 3.087.275 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.851.388 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, da geração de caixa de nossas atividades operacionais, refletindo a abertura de 240 lojas, somado a 42 unidades oriundas da Drogaria Onofre e 34 encerramentos de lojas em 2019 e compras de oportunidade realizadas no final do ano.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante aumentou R\$ 3.670.029 mil ou 130,0% passando de R\$ 2.822.180 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 6.492.209 mil em 31 de dezembro de 2019.

A variação apresentada refere-se ao aumento do saldo contábil do nosso ativo imobilizado, que teve um aumento de R\$ 3.267.300 mil ou 211,2%, passando de R\$ 1.546.960 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4.814.260 mil em 31 de dezembro de 2019. Devido ao investimento em abertura de lojas, modernização do nosso centro de distribuição e melhorias em tecnologia. Adicionalmente em 2019 tivemos o reconhecimento dos arrendamentos mercantis nas demonstrações financeiras atendendo as normas contábeis do IFRS16.

Houve ainda um aumento de R\$ 332.927 mil no saldo da conta de Ativo Restrito de Arbitragem devido ao reconhecimento dos valores discutidos no processo arbitral que está tramitando, envolvendo a Onofre e seus antigos sócios, na Câmara Arbitral Brasil-Canadá.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 4.078.485 mil em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao saldo de R\$ 2.913.445 mil em 31 de dezembro de 2018, apresentando um acréscimo de R\$ 1.165.040 mil ou 40,0%. As principais variações foram:

- (i) o aumento de R\$ 511.962 mil ou 23,9% em fornecedores, que passaram de R\$ 2.141.274 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.653.236 mil em 31 de dezembro de 2019, é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação e abertura de novas centrais de distribuição.
- (ii) o acréscimo de R\$ 566.646 mil em Arrendamentos financeiros a pagar, que passaram ser reconhecidos nos resultados.
- (iii) o aumento de R\$ 23.496 mil em Provisão para demandas judiciais, que passaram de R\$ 2.512 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 26.008 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente do alinhamento de práticas devido a incorporação da Drogaria Onofre.
- (iv) redução de R\$ 44.278 mil ou 16,2% em Empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$ 272.939 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 228.661 mil em 31 de dezembro de 2019, relativo ao alongamento do endividamento da companhia.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 3.189.559 mil ou 352,9%, passando de R\$ 903.793 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4.093.351 mil em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

- i) A aderência a norma contábil IFRS 16 – Arrendamentos Mercantis, foi responsável pelo reconhecimento do montante de R\$ 2.617.987 mil, na conta de Arrendamentos Financeiros a Pagar em 31 de dezembro de 2019.
- ii) O aumento nos empréstimos e financiamentos que cresceram R\$ 327.604 mil ou 57,5%, passando de R\$ 570.211 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 897.815 mil em 31 de dezembro de 2019, foi devido a captação no valor total de R\$ 550.000.000 com a 3ª e 4ª emissão de debentures para a expansão da rede e capital de giro.
- iii) Houve ainda um aumento de R\$ 332.900 mil no saldo da conta de Passivo de arbitragem devido ao reconhecimento dos valores discutidos no processo arbitral envolvendo a Onofre e seus antigos sócios que

está tramitando na Câmara Arbitral Brasil-Canadá. Importante ressaltar que há um montante correspondente no Ativo ao Circulante.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 4.076.419 mil em 31 de dezembro de 2019, comparado a um saldo de R\$ 3.534.767 mil em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de R\$ 541.652 mil ou 15,3%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Capital Social que passou de R\$ 1.808.639 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.500.000 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de R\$ 691.361 mil, em virtude do aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte da Reserva Estatutária sem a emissão de novas ações e do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Valores em milhares de Reais

Ativo	2018	AV	2017	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	241.568	3,3%	264.873	4,1%	(8,8%)
Clientes	937.389	12,8%	930.071	14,4%	0,8%
Estoques	3.087.275	42,0%	2.517.594	38,9%	22,6%
Tributos sobre o lucro a recuperar	4.868	0,1%	654	0,0%	644,3%
Outros tributos a recuperar	79.984	1,1%	78.124	1,2%	2,4%
Outras contas a receber	156.847	2,1%	119.003	1,8%	31,8%
Despesas do exercício seguinte	21.894	0,3%	17.885	0,3%	22,4%
	4.529.825	61,6%	3.928.204	60,8%	15,3%
Não circulante					
Depósitos judiciais	25.770	0,4%	29.215	0,5%	(11,8%)
Tributos a recuperar	44.345	0,6%	32.975	0,5%	34,5%
Outros créditos	2.717	0,0%	6.563	0,1%	(58,6%)
Imobilizado	1.546.960	21,0%	1.276.276	19,7%	21,2%
Intangível	1.202.388	16,4%	1.191.016	18,4%	1,0%
	2.822.180	38,4%	2.536.045	39,2%	11,3%
Total do ativo	7.352.005	100,0%	6.464.249	100,0%	13,7%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	2.141.274	29,1%	1.815.687	28,1%	17,9%
Empréstimos e financiamentos	272.939	3,7%	196.248	3,0%	39,1%
Salários e encargos sociais	237.541	3,2%	202.799	3,1%	17,1%
Impostos, taxas e contribuições	92.964	1,3%	130.432	2,0%	(28,7%)
Dividendo e juros sobre o capital próprio	24.843	0,3%	37.474	0,6%	(33,7%)
Provisão para demandas judiciais	2.512	0,0%	2.724	0,0%	(7,8%)
Outras contas a pagar	141.372	1,9%	108.415	1,7%	30,4%
	2.913.445	39,6%	2.493.779	38,6%	16,8%
Empréstimos e financiamentos	570.211	7,8%	414.711	6,4%	37,5%
Provisão para demandas judiciais	48.877	0,7%	8.169	0,1%	498,3%
Imposto de renda e contribuição social	237.757	3,2%	228.715	3,5%	4,0%
Opção de compra de ações adicionais	36.380	0,5%	47.515	0,7%	(23,4%)
Outras obrigações	10.568	0,1%	20.988	0,3%	(49,6%)
Não circulante	903.793	12,3%	720.098	11,1%	25,5%
Total do passivo	3.817.238	51,9%	3.213.877	49,7%	18,8%
Patrimônio líquido					

Atribuído aos acionistas da Controladora					
Capital social	1.808.639	24,6%	1.808.639	28,0%	0,0%
Reservas de capital	116.363	1,6%	151.156	2,3%	(23,0%)
Reservas de lucros	1.522.073	20,7%	1.228.149	19,0%	23,9%
Dividendo adicional proposto	70.990	1,0%	52.602	0,8%	35,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(18.208)	(0,2%)	(18.033)	(0,3%)	1,0%
	3.499.857	47,6%	3.222.513	49,9%	8,6%
Participação de não controladores	34.910	0,5%	27.859	0,4%	25,3%
Total do patrimônio líquido	3.534.767	48,1%	3.250.372	50,3%	8,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.352.005	100,0%	6.464.249	100%	13,7%

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 601.621 mil ou 15,3% passando de R\$ 3.928.204 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.529.825 mil em 31 de dezembro de 2018. A principal variação foi o aumento de R\$ 569.681 mil ou 22,6% em estoques, que passaram de R\$ 2.517.594 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.087.275 mil em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, do nosso crescimento orgânico de 240 lojas e compras de oportunidade realizadas no final do ano.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante aumentou R\$ 286.135 mil ou 11,3% passando de R\$ 2.536.045 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.822.180 mil em 31 de dezembro de 2018.

A variação apresentada refere-se ao aumento do saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização, que teve um aumento de R\$ 282.056 mil ou 11,4%, passando de R\$ 2.467.292 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.749.348 mil em 31 de dezembro de 2018. Devido ao investimento em abertura de lojas, modernização do nosso centro de distribuição e melhorias em tecnologia.

Houve ainda um aumento de R\$ 11.370 mil no saldo da conta de Tributos a Recuperar devido ao aumento nos créditos de ICMS na compra de ativos imobilizados para manter o forte ritmo de expansão da rede.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 2.913.445 mil em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao saldo de R\$ 2.493.779 mil em 31 de dezembro de 2017, apresentando um acréscimo de R\$ 419.666 mil ou 16,8%. As principais variações foram:

- (i) o aumento de R\$ 325.587 mil ou 17,9% em fornecedores, que passaram de R\$ 1.815.687 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.141.274 mil em 31 de dezembro de 2018, é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação.
- (ii) o acréscimo de R\$ 76.691 mil ou 39,1% em empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$ 196.248 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 272.939 mil em 31 de dezembro de 2018. No curto prazo, esse aumento acontece principalmente pela reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros, deduzidas das amortizações efetuadas (principal mais juros) no período.
- (iii) redução de R\$ 37.468 mil ou 28,7% em impostos taxas e contribuições, que passaram de R\$ 130.432 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 92.964 mil em 31 de dezembro de 2018, relativo a constituição de provisões dos impostos questionados junto ao Governo Federal liquidados no exercício corrente.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 183.695 mil ou 25,5%, passando de R\$ 720.098 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 903.793 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- i) O aumento nos empréstimos e financiamentos que cresceram R\$ 155.500 mil ou 37,5%, passando de R\$ 414.711 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 570.211 mil em 31 de dezembro de 2018, foi devido a captação com a 2ª emissão de debentures para a expansão da rede e capital de giro.

ii) O aumento na provisão para demandas judiciais, que cresceu R\$ 40.708 ou 498,3%, passando de R\$ 8.169 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 48.877 mil em 31 de dezembro de 2018, devido a constituição de novas provisões trabalhistas e a mudança no critério de constituição da perda esperada para casos classificados como risco possível, conforme histórico de indenizações por grupos de cargos e o índice de procedência para conversão em perda.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 3.534.767 mil em 31 de dezembro de 2018, comparado a um saldo de R\$ 3.250.372 mil em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de R\$ 284.395 mil ou 8,7%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R\$ 1.228.149 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.522.073 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de R\$ 293.924 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

10.2 Resultado Operacional e Financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera receitas principalmente na venda de medicamentos (marca e genéricos), *over the counter* (OTC), não medicamentos (perfumaria, produtos de higiene pessoal, cosméticos e dermocosméticos) e serviços. A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisão.

Somente para efeito de análises gerenciais a Companhia segrega suas principais receitas de vendas da seguinte forma:

	Valores em milhares de Reais		
	2019	2018	2017
Marca	7.251.788	6.493.609	5.932.192
Genéricos	1.842.340	1.612.355	1.518.158
OTC	3.251.244	2.800.144	2.400.946
Medicamentos	12.345.372	10.906.108	9.851.296
Perfumaria	4.272.858	3.850.829	3.441.953
Serviços	13.974	12.871	13.695
Total Varejo	16.632.205	14.769.808	13.306.944
Medicamentos Especiais	933.395	749.325	545.525
Total Geral	17.565.600	15.519.133	13.852.469

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Panorama Setorial

O Brasil vivencia um processo de envelhecimento populacional, com reflexos relevantes para o setor da saúde. De 2000 a 2018 o mercado farmacêutico brasileiro cresceu em média 13,1% ao ano, tendo atingido patamar de R\$ 103,5 bilhões a preços de fábrica, segundo a IQVIA. Com o avanço do envelhecimento da população, acreditamos que o mercado farmacêutico seguirá crescendo por diversos anos.

Além disso, em razão de ser extremamente fragmentado, embora sejamos líderes de mercado, obtivemos em 2019 apenas 13,2% de participação média no ano. Competimos, portanto, em um mercado em processo de crescimento e com participação ainda baixa, o que reflete oportunidade de consolidação. Além da liderança de mercado, que nos confere escala de compra e capacidade de diluir as despesas administrativas, mantemos um elevado patamar de eficiência, com receita média por loja acima dos padrões do setor. Essa condição nos

permite também obter diluição das despesas de vendas, incorridas nas lojas, significativamente maior do que nossos principais concorrentes, uma vez que algumas despesas são fixas.

Em 2019, inspirados pelo nosso Propósito de “cuidar de perto da saúde e bem-estar das pessoas em todos os momentos da vida”, iniciamos uma ambiciosa transformação digital que nos permitirá mudar o nosso foco de cuidar da doença para promover saúde e bem-estar. Buscaremos incentivar hábitos saudáveis e prevenção por meio de programas de aderência ao tratamento, lembretes de medicação e de recompra e via vacinação, além de outros serviços de saúde. Além de cuidar da saúde e do bem-estar, também pretendemos ajudar nossos clientes a cuidarem do seu bolso e do seu tempo através de serviços relevantes como assinaturas, ofertas exclusivas e pré-autorização em programas PBM. Queremos também empoderá-los para que possam comprar quando e onde quiserem, de forma eficiente e sem fricção, incluindo compras em loja, compre & retire ou entregas rápidas a partir das lojas.

Para efetivar essa transformação, possuímos: (i) uma base de clientes ativos, com plena visibilidade da demanda; e (ii) 2.073 lojas espalhadas em 23 estados, a maior rede de lojas próprias do país, que atendem 88% da classe A do Brasil dentro de um raio de 1,5 km, alicerces poderosos para suportar nossa estratégia.

Já no primeiro ano, alcançamos diversos marcos na nossa transformação digital. Nossas vendas digitais (e-commerce e compre & retire) tiveram crescimento de 163%. O crescimento das vendas digitais contribuiu para o crescimento das lojas maduras. Por fim, terminamos o ano com 1,2 milhão de apps baixados.

Avançamos também nos pré-requisitos organizacionais e de infra-estrutura para suportar nossa transformação digital. Encerramos 2019 com um novo data lake em operação e iniciamos a conversão dos nossos sistemas para microsserviços e a sua migração para a nuvem. Temos sete equipes ágeis em operação para melhorar a nossa execução digital, incluindo cientistas de dados e especialistas em design inteiramente dedicados a entenderem e melhorarem a jornada do cliente. Por fim, integramos o e-commerce da Onofre às nossas operações, permitindo que a sua demanda passasse a ser atendida a um custo menor por meio da nossa rede de lojas.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Negociamos com os fornecedores contratos anuais de compras que estabelecem, para cada linha de produto, os descontos comerciais sobre o Preço Fábrica que terão vigência ao longo do ano todo e o prazo de pagamento, e que historicamente só são alterados em caso mudanças tributárias ou de mudanças estruturais de mercado.

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo Federal anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Em 2019 o reajuste médio de preços ao consumidor foi de 4,33%, em 2018 de 2,4% e em 2017 de 3,1%.

No caso dos Produtos de Perfumaria, nossas compras são feitas diretamente dos fabricantes, e as condições comerciais são bastante estáveis ao longo do ano.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Visto que todos os nossos passivos e despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar. Entretanto, a taxa de câmbio tende a afetar o custo de grande parte de nossos fornecedores, que, em momentos de reversão de expectativa podem repassar parte da elevação de seus custos através da redução de descontos comerciais praticados ao varejo.

Estamos sujeitos às leis federais que impõem controle de preços a maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço poderia resultar em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não

é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia afetar-nos adversamente. Qualquer um dos motivos citados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como o preço de mercado de nossas ações.

10.3 Eventos com efeitos relevantes

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não foi introduzido ou alienado um segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2017 e 2018 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em julho de 2019, concluímos a aquisição da Drogaria Onofre Ltda. No dia 1º de agosto, a Onofre foi incorporada pela RD após a aprovação pela nossa Assembleia Geral, e todas as 42 lojas remanescentes foram integradas à nossa plataforma nesse mesmo dia. A operação de e-commerce foi integrada em outubro, enquanto as estruturas corporativa e de logística serão descontinuadas até o final do ano. Por fim, a Onofre foi consolidada como uma subsidiária e se tornou parte das demonstrações da RD.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 Mudanças nas Práticas Contábeis/ Ressalvas e Ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não realizou mudanças significativas nas práticas contábeis.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, apresentamos os novos e revisados pronunciamentos que estão em vigor e efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS9: Instrumentos Financeiros / CPC 48: Instrumentos Financeiros
- IFRS 15: Receita de Contrato com Clientes / CPC 47: Receita de Contrato com Cliente

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentamos os novos e revisados pronunciamentos que estão em vigor e efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16: Operações de Arrendamento Mercantil / CPC 6 (R2): Operações de Arrendamento Mercantil
- IFRIC 23: Incertezas Relativas ao Tratamento dos Tributos sobre o Lucro

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O Grupo arrenda lojas de varejo, centros de distribuição, terrenos e edifícios para o seu espaço de escritórios. As locações de imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre 5 e 20 anos, locações de imóveis residenciais são executados em 2 anos, e contratos de centros de distribuição/administrativos geralmente são executados por um período entre 5 e 20 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato. O Grupo também arrenda veículos e equipamentos, com prazos de locação de 3 anos. Ao término do prazo do contrato, o Grupo realiza novas negociações de contratações.

Alguns arrendamentos fornecem pagamentos de aluguel adicionais que são baseados em vendas que o Grupo realiza no imóvel arrendado no período. O Grupo subarrenda parte de alguns de seus imóveis sob arrendamentos operacionais.

As mensurações associadas ao direito de uso dos ativos foram efetuadas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Início do prazo de arrendamento: o Grupo definiu o início do prazo de arrendamento, a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, o Grupo determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data, passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do ambiente físico;

- Prazo de arrendamento: período pelo qual o Grupo contratou o arrendamento. O Grupo adotou o prazo de cada contrato e premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”), que concede ao arrendatário (Companhia e sua controlada) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

(i) Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se as seguintes premissas:

o Contratos com prazo original inferior a 10 anos e que já estejam em um período posterior ao prazo principal do contrato: para esse caso o prazo do contrato será o período residual;

o Contratos com prazo original inferior a 10 anos e que tenham mais de um período de renovação: para esse caso o prazo do contrato será o período residual;

o Contratos com prazo original inferior a 10 anos e que estejam próximos ao vencimento (um ano) do contrato principal: para esse caso será incluído um período de renovação;

o Contratos com prazo original inferior a 10 anos e que tenham direito à primeira renovação: para esse caso será incluído um período de renovação;

o Contratos com prazo original superior a 10 anos e que estejam próximos ao vencimento (um ano): será considerado um prazo adicional de renovação ao prazo do contrato;

o Contratos com prazo original superior a 10 anos e que já estejam com período de renovação vigente: será considerado apenas o prazo residual do contrato.

(ii) Galpões e Centros de distribuição: prazo de vigência do contrato;

(iii) Imóveis residenciais: prazo de vigência do contrato;

(iv) Veículos: prazo de vigência do contrato;

(v) Equipamentos: prazo de vigência do contrato.

Contratos com prazo indeterminado: ocorre em contratos de imóveis residenciais. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, o entendimento do Grupo é que, para esses contratos, o prazo a ser considerado é de um ano;

As opções de renovação mantidas são prováveis apenas pelo Grupo e não pelos arrendadores. O Grupo avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação. O Grupo reavalia se é razoavelmente certo exercer as opções se houver um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle;

- Pagamentos fixos em essência: são os pagamentos durante o prazo do arrendamento que a Companhia está ou possa vir a ser obrigada a fazer. O Grupo determinou como pagamentos fixos em essência os valores determinados como fixos pelo arrendador (aluguéis mínimos contratuais). A Companhia não considerou, para fins de mensuração do direito de uso do ativo e do passivo de arrendamento, os pagamentos de aluguéis variáveis decorrentes do faturamento, serviços e impostos, sendo esses registrados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento;

- Pagamentos variáveis: para esses contratos, o Grupo reconhece uma despesa mensal de locação;

- Pagamentos fixos + variáveis: para esses contratos, o Grupo segrega os componentes de pagamento de arrendamento e a parcela fixa é incluída na determinação do passivo de arrendamento e a parcela variável é reconhecida como uma despesa mensal de locação, bem como os pagamentos relacionados aos impostos sobre a propriedade incidentes sobre o arrendador e pagamentos de seguro feitos pelo arrendador; estes montantes são geralmente determinados anualmente;

- Taxa incremental de juros de financiamento do arrendatário: devido às diferenças entre as informações disponíveis aos arrendadores e arrendatários, não foi possível determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento do Grupo. Dessa forma, em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, foi aplicada taxa incremental de juros sobre o financiamento do arrendatário para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

O Grupo, inicialmente, aplicou como taxa incremental de juros (inclusive com partes relacionadas), a taxa real de desconto que ficou em 2,94% a.a. equivalente a taxa negociada para captação de debêntures em 02 de abril de 2018 conforme descrito na Nota 14 (referência a um percentual do CDI projetado para 31 de dezembro de 2018). O Grupo optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Com o advento do Ofício-Circular CVM nº 02/2019, o Grupo passou a adotar a taxa nominal substancialmente similar a taxa de captação de debêntures de 2 de abril de 2018 (referência a um percentual do CDI) projetado para 31 de dezembro de 2018, resultando em uma taxa nominal de 6,69% a.a., que corresponde a uma taxa ajustada ao risco de crédito da arrendatária e levando em consideração o prazo do contrato de arrendamento e a natureza e qualidade das garantias oferecidas.

A adoção da taxa nominal a partir de 1º de janeiro de 2019, resultou em recálculos e lançamentos contábeis efetuados no resultado do exercício a partir desta data.

- Depreciação do direito de uso do ativo: os contratos de arrendamento do grupo não possuem cláusulas que permitam o Grupo exercer a aquisição da propriedade do ativo (loja ou centro de distribuição) ao final do prazo de arrendamento. Dessa forma, a vida útil desses ativos, na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual, o que for menor. O Grupo adota a alocação da depreciação do direito de uso do ativo de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato;

- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento: o encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento;

- Valor recuperável do direito de uso do ativo: o Grupo continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de loja e centros de distribuição.

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas IFRS. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, na data da aplicação inicial; e (ii) o valor do direito de uso do ativo na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019, em contrapartida a lucros acumulados nessa mesma data.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos três exercícios sociais, os relatórios dos auditores independentes não apontaram ressalvas e /ou ênfases.

10.5. Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Reporting Standards* - IFRS).

Na preparação das Demonstrações Financeiras a Administração da Companhia avalia e entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas e julgamentos subjetivos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade e determinação de valores presentes de direitos e obrigações que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. As premissas utilizadas são conservadoras e revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, o histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando quando necessário, referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício, ainda que não se possa ter precisão sobre os valores, porém, acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

As principais políticas críticas que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são:

a. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A Administração avalia continuamente os julgamentos, as estimativas e as premissas utilizadas nas provisões e entende que são razoáveis e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

• Provisões para Demandas Judiciais

As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

A Administração acompanha em uma frequência mensal o progresso das contingências classificadas como sendo de perda provável ou possível, como também os correspondentes valores das estimativas.

Os questionamentos efetuados pelas autoridades fiscais são inicialmente avaliados pela diretoria fiscal tributária e indica qual será o advogado externo que será responsável em defender a Companhia. Este profissional externo, tendo como referência informações disponibilizadas pela Administração, elabora a defesa e submete para apreciação dos advogados internos da referida diretoria da Companhia inclusive e, quando aplicável, com avaliação da provável saída de caixa. Este conjunto de informações elaborado pelo advogado externo é analisado pelo departamento jurídico interno que valida o processo de defesa assim como a provável saída de caixa.

b. Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

As taxas de juros com as quais a Companhia trabalha para realização do desconto a valor presente levam em consideração uma taxa de juros livre (Certificado de Depósito Interbancário) acrescida das taxas de riscos das contrapartes (clientes e da própria Companhia).

Periodicamente a Administração da Companhia avalia e ajusta a valor presente os saldos dos ativos e passivos decorrentes de operações relevantes, como por exemplo, as contas a receber de clientes, os estoques e contas a pagar de fornecedores.

c. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Exceto pelo reconhecimento do passivo financeiro decorrente da opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes que estão em poder do acionista fundador da 4Bio Medicamentos S.A., a Companhia não opera com instrumentos complexos.

d. Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

O ativo imobilizado e o ativo intangível são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como o ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando forem identificadas prováveis perdas, os valores são reconhecidos ao resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

A Administração da Companhia avalia anualmente, o ágio sobre a expectativa de rentabilidade futura, alocado as respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios, e com base em estudos de fluxo de caixa descontado, elaborados por especialistas, que foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Com isso a Companhia considera esta política contábil uma estimativa crítica que requer julgamento e acompanhamento periódico.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet item*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iv. contratos de construção não terminada

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

De acordo com as normas contábeis vigentes não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia de forma significativa.

b. natureza e o propósito da operação

De acordo com as normas contábeis vigentes não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia de forma significativa.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

De acordo com as normas contábeis vigentes não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia de forma significativa.

10.8 Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão da rede, reforma e modernização de lojas. Em 2019, foi investido um valor total de R\$ 670.292 mil em ativos imobilizados e intangíveis (2018 - R\$ 710.124 mil, 2017 - R\$ 631.947 mil).

Para 2019, esperávamos abrir 240 lojas, além de investimentos em programa de manutenção e reforma de lojas, bem como atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão. Previmos ainda a inauguração de mais dois Centros de Distribuição para melhor atender às lojas.

Projetos	2019	2018	2017
Abertura de loja	361.375	441.347	361.723
Reforma de lojas	80.281	134.584	119.119
Infraestrutura	228.636	134.193	151.105
Capex Total	670.292	710.124	631.947
Imobilizado Onofre	211.552	-	-
Arrendamento	3.582.067	-	-
Capex Total	4.463.912	710.124	631.947

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES e emissão de debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimento nos últimos três anos e não há desinvestimento previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve qualquer aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, além dos já descritos no item acima, que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não possuímos pesquisas em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2016, iniciamos em 5 lojas na capital do Estado de São Paulo a prestação de serviços farmacêuticos de atenção à saúde:

- Verificação da pressão arterial
- Medição da glicemia capilar

Desde dezembro de 2017, a Drogasil da Rua Pamplona, nº 1792, nos Jardins, realiza a aplicação de vacinas aos consumidores. A Drogasil é a primeira rede de drogarias a oferecer este serviço no Estado de São Paulo, com a devida autorização da Vigilância Sanitária.

A aplicação de vacinas pelas drogarias foi recentemente liberada na capital paulista pela Lei Municipal 16.739/17, além de ter sido regulamentada nacionalmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da RDC nº 197/17. Com essa liberação, a Companhia prevê a expansão do serviço nos próximos meses para um total de 16 filiais Drogasil e Droga Raia na cidade de São Paulo.

Em 2018 lançamos o serviço de “Compre & Retire” sendo mais uma opção aos clientes que desejam adquirir nossos produtos, de forma rápida e cômoda. O cliente pode realizar suas compras no site, aplicativo ou televendas e retirar em uma de nossas lojas, dentro de 1 hora, conforme disponibilidade do produto e/ou aprovação do pagamento.

Em 2019 nasce a Stix como uma plataforma de produtos e serviços para acúmulo e resgate de pontos de fidelidade, sendo a primeira coalizão brasileira de varejistas com empresas de abrangência nacional. A Stix reunirá como âncoras do programa as marcas Drogasil, Droga Raia, Extra e Pão de Açúcar, com cerca de 3 mil estabelecimentos em todo o País e terá como parceiro estratégico o Banco Itaú, um dos principais bancos do Brasil e que também é referência em cartões e em programas de fidelidade.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não desenvolvemos novos produtos e serviços.

10.9 Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

Proposta de Destinação do Lucro Líquido (Conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

1. Lucro Líquido do Exercício: R\$ 772.240.225,48

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Descrição	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)	IRRF (R\$)	Valor Líquido (R\$)
Juros s/ capital próprio	21.03.2019	03.12.2019	0,172923963	57.000.000,00	8.476.177,64	48.523.822,36
Juros s/ capital próprio	21.06.2019 (re-ratificação em 22.07.2019)	03.12.2019	0,162303512	53.500.940,58	7.856.595,68	45.644.344,90
Juros s/ capital próprio	23.09.2019	Até 31.05.2020	0,157739919	52.000.000,00	7.496.426,58	44.503.573,42
Juros s/ capital próprio	06.12.2019	Até 31.05.2020	0,148639539	49.000.000,00	6.643.639,89	42.356.360,11
Dividendos	08.04.2020	Até 31.05.2020	0,061188307	20.171.127,06	Não aplicável	20.171.127,06
Montante Global:				231.672.067,64	30.472.839,79	201.199.227,85

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

	2017	2018	2019
Percentual do lucro líquido do exercício distribuído líquido de IRRF	34,05%	36,14%	26,05%

4. Dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Remuneração aos acionistas, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a. de cada espécie e classe

Descrição	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)	IRRF (R\$)	Valor Líquido (R\$)
Dividendos	08.04.2020	Até 31.05.2020	0,061188307	20.171.127,06	Não aplicável	20.171.127,06

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os pagamentos de dividendos serão realizados em dinheiro, em parcela única, até 31.05.2020.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data que será utilizada para identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento do dividendo e a ser declarado na assembleia será 13.04.2020.

6. Declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Descrição	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)	IRRF (R\$)	Valor Líquido (R\$)
Juros s/ capital próprio	21.03.2019	03.12.2019	0,172923963	57.000.000,00	8.476.177,64	48.523.822,36
Juros s/ capital próprio	21.06.2019 (re-ratificação em 22.07.2019)	03.12.2019	0,162303512	53.500.940,58	7.856.595,68	45.644.344,90
Juros s/ capital próprio	23.09.2019	Até 31.05.2020	0,157739919	52.000.000,00	7.496.426,58	44.503.573,42
Juros s/ capital próprio	06.12.2019	Até 31.05.2020	0,148639539	49.000.000,00	6.643.639,89	42.356.360,11

7. Tabelas comparativas indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:**a. Totais**

Exercício	Lucro Líquido	Remuneração			
		Classe e espécie de ação	Dividendo	Juros sobre Capital Próprio	Total
2016	R\$ 447.684.624,43	ON	-	R\$ 194.700.949,89	R\$ 194.700.949,89
2017	R\$ 511.162.655,08	ON	-	R\$ 202.500.000,00	R\$ 202.500.000,00
2018	R\$ 498.209.580,28	ON	-	R\$ 209.500.000,00	R\$ 209.500.000,00
2019	R\$ 772.240.225,48	ON	20.171.127,06	R\$ 211.500.940,58	R\$ 231.672.067,64

b. Valores por Ação

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Aprovado em	Valor Bruto por Ação	Montante Global
Juros s/capital próprio	2016	ON	21/03/2016	R\$ 0,144836482	R\$ 47.700.000,00
Juros s/capital próprio	2016	ON	21/06/2016	R\$ 0,145140122	R\$ 47.800.000,00
Juros s/capital próprio	2016	ON	21/09/2016	R\$ 0,149391088	R\$ 49.200.000,00
Juros s/capital próprio	2016	ON	12/12/2016 (ratificação em 03.02.2017)	R\$ 0,151820212	R\$ 50.000.949,89
Total:					R\$ 194.700.949,89

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Aprovado em	Valor Bruto por Ação	Montante Global
Juros s/capital próprio	2017	ON	21/03/2017	R\$ 0,154680521	R\$ 51.000.000,00
Juros s/capital próprio	2017	ON	21/06/2017	R\$ 0,148614618	R\$ 49.000.000,00
Juros s/capital próprio	2017	ON	21/09/2017	R\$ 0,154680521	R\$ 51.000.000,00
Juros s/capital próprio	2017	ON	12/12/2017	R\$ 0,156196996	R\$ 51.500.000,00
Total:					R\$ 202.500.000,00

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Aprovado em	Valor Bruto por Ação	Montante Global
Juros s/capital próprio	2018	ON	21/03/2018	R\$ 0,154855434	R\$ 51.000.000,00
Juros s/capital próprio	2018	ON	21/06/2018	R\$ 0,153337243	R\$ 50.500.000,00
Juros s/capital próprio	2018	ON	21/09/2018	R\$ 0,157891815	R\$ 52.000.000,00
Juros s/capital próprio	2018	ON	11/12/2018	R\$ 0,170037339	R\$ 56.000.000,00
Total:					R\$ 209.500.000,00

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Aprovado em	Valor Bruto por Ação	Montante Global
Juros s/capital próprio	2019	ON	21/03/2019	R\$ 0,172923963	R\$ 57.000.000,00
Juros s/capital próprio	2019	ON	21/06/2019 (re-ratificação em 22.07.2019)	R\$ 0,162303512	R\$ 53.500.940,58
Juros s/capital próprio	2019	ON	23/09/2019	R\$ 0,157739919	R\$ 52.000.000,00
Juros s/capital próprio	2019	ON	06/12/2019	R\$ 0,148639539	R\$ 49.000.000,00
Dividendos	2019	ON	08/04/2020	R\$ 0,061188307	R\$ 20.171.127,06
Total:					R\$ 231.672.067,64

8. Destinação do resultado para reserva legal:

- Montante destinado à reserva legal: **R\$ 38.612.011,27**
- A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- No estatuto, está assim previsto o pagamento de dividendo obrigatório: “Artigo 21, b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório, que não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de S.A.”

- O dividendo obrigatório será pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:

	2019
Lucro Líquido do Exercício (a)	R\$ 772.240.225,48
Realização da reserva de reavaliação no Exercício	R\$ 174.181,39
Dividendos prescritos no Exercício	R\$ 528.402,65
Reserva Legal	(R\$ 38.612.011,27)
Reserva de Incentivos Fiscais	(R\$ 95.593.137,55)
Base de Cálculo do Dividendo (b)	R\$ 638.209.258,05
Dividendo Mínimo Obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	R\$ 159.552.314,51

Juros sobre o Capital Próprio Proposto	R\$ 211.500.940,58
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(R\$ 30.472.839,79)
Remuneração Líquida de Imposto de Renda retida na fonte (c)	R\$ 181.028.100,79
Dividendo adicional proposto (d)	R\$ 20.171.127,06
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	R\$ 72.119.753,13
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo $((c+d) \div b)$	31,53%
% distribuído sobre o lucro líquido do exercício $((c+d) \div a)$	26,05%

Observação: de acordo com a proposta da Administração, os Juros Sobre Capital Próprio serão adicionados ao Dividendo Obrigatório.

- c. Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reserva estatutária:

a. No estatuto, está assim prevista a constituição da reserva estatutária: “Artigo 21, c) importância equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.”

- b. Montante destinado à reserva estatutária: **R\$ 407.065.593,06**

c. A reserva estatutária foi calculada em valor equivalente a 52,7% do lucro líquido do exercício, portanto dentro do limite estatutário e seu valor total após a constituição não ultrapassou o capital social.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Montante destinado à reserva de incentivos fiscais: **R\$ 95.593.137,55.**

A reserva de incentivos fiscais foi constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, tendo em vista que a Companhia possui benefícios fiscais de ICMS nos Estados de Bahia, Goiás e

Pernambuco, normatizados pela Lei complementar 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei 12.973/2014.

ANEXO III

Proposta de Remuneração dos Administradores

(Conforme item 13, do Anexo 24, da Instrução CVM 480)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração para a Diretoria Estatutária da Companhia foi aprovada, por meio de procedimento formal e transparente, em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de outubro de 2018, podendo ser consultada no site eletrônico da Companhia (www.rd.com.br) e da CVM. Essa política tem como premissa a padronização de normas e procedimentos de remuneração, servindo de norte profissional e impessoal nas tomadas de decisões, com o intuito de:

- Atrair, desenvolver e reter os profissionais com real capacidade de atender as necessidades e prioridades da Companhia frente ao mercado
- Administrar e controlar as despesas com pessoas
- Estabelecer as posições necessárias à Companhia frente à compatibilidade entre as atividades realizadas, formação exigida e experiências obrigatórias
- Fixar pró-labores consistentes e competitivos

A prática de remuneração da Companhia está alinhada às práticas de mercado (pesquisas de mercado em comparação com empresas do mesmo segmento, porte, faturamento, entre outros) e sistema de gestão e governança corporativa. A estratégia de remuneração enfatiza nosso compromisso de atrair e reter bons executivos, incluindo salários competitivos, participação nos lucros e incentivos de longo prazo.

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e alinhamento estratégico da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal podem também receber valores referentes a benefícios diretos e indiretos, benefícios de cessação do exercício do cargo, benefício pós-emprego.

b. composição da remuneração

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, com o objetivo de estimular e recompensar pelos resultados da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros com exceção dos honorários do presidente do Conselho que são diferenciados visto às suas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração participantes dos Comitês de Finanças e Riscos, Expansão, Estratégias, Sustentabilidade, Inovação e de Pessoas possuem uma remuneração fixa pela sua participação em cada Comitê.

Diretoria Estatutária e não estatutária: Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais além de benefícios diretos e indiretos (tais como assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida) dentro dos padrões de mercado, bem como bonificações de acordo com as avaliações dos resultados alcançados,

cujos objetivos são gerar alinhamento e competitividade com o mercado. Os membros da diretoria também podem receber remuneração baseada em ações e remuneração variável, atrelada a metas de curto, médio e longo prazos. As gratificações e o plano de ações têm como objetivo estimular a diretoria a se alinhar com os objetivos maiores da Companhia.

Conselho Fiscal: Os membros do Conselho Fiscal recebem somente remuneração fixa equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado pela Lei das S.A. A remuneração não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração atribuída a um diretor, considerando-se, para o cálculo, a média da remuneração mensal dos diretores.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2017	2018	2019
Diretoria Estatutária			
- Honorários Fixos Anual	22%	35%	29%
- Benefícios Diretos e Indiretos	5%	3%	2%
- Outros (INSS)	4%	7%	12%
- Remuneração Variável Anual	22%	23%	26%
- Remuneração Baseada em Ações	43%	32%	31%
- Benefícios Pós Emprego	4%	0%	0%
Diretoria não Estatutária			
- Honorários Fixos Anual	45%	49%	47%
- Benefícios Diretos e Indiretos	4%	5%	4%
- Outros (INSS e FGTS)	16%	17%	16%
- Remuneração Variável Anual	12%	18%	20%
- Remuneração Baseada em Ações	23%	11%	13%
- Benefícios Pós Emprego	0%	0%	0%
Conselho de Administração			
- Honorários Fixos	100%	100%	100%
Conselho Fiscal			
- Honorários Fixos	100%	100%	100%
Comitês			
- Honorários Fixos	100%	100%	100%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de reajuste da remuneração fixa são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária. Os valores da remuneração variável, aplicáveis à diretoria estatutária e não estatutária, são determinados em função do orçamento e de sua execução.

A remuneração dos administradores, incluindo membros dos Comitês de Finanças e Riscos, Expansão, Estratégias, Sustentabilidade, Inovação e de Pessoas, é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuem uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Adotamos um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto, como de longo prazo). A existência da prática de remuneração variável, inclusive a de remuneração baseada em ações, permite o compartilhamento do risco e de nosso resultado com nossos principais executivos, características de uma política transparente e voltada

para o alcance de resultados duradouros, que viabilizem a nossa perpetuidade, bem como a criação de valor refletida na cotação de mercado de nossas ações.

v. *Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato*

Na data deste Formulário, a Companhia não possui membros não remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a remuneração fixa, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado e não utiliza indicadores de desempenho específicos. A remuneração variável possui componentes de avaliação com respectivos indicadores:

1. Metas da CIA (vendas, EBITDA, clientes e expansão);
2. Metas de área (específicas de cada área).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Tanto a remuneração fixa quanto a variável e a remuneração baseada em ações são estruturadas de forma escalonada, para permitir valores progressivos na medida em que os resultados superem as metas estabelecidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa exerce o papel de alinhamento ao mercado para que os executivos foquem no exercício de suas atividades. A remuneração variável de curto, médio e longo prazo é atrelada aos resultados obtidos, de modo que os executivos sejam recompensados por isso, inclusive, quando houver a superação.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada pela nossa controlada.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

É responsabilidade do Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Pessoas, discutir e revisar a metodologia anual de remuneração da Companhia em reuniões destinadas ao tema.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado que abrangem companhias do varejo e de outros setores, feitas por consultorias especializadas e, considerando a senioridade dos ocupantes, tem por objetivo reter, engajar e promover o alinhamento dos executivos com os acionistas no longo prazo.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração rediscute anualmente a Política e as práticas de remuneração da Companhia, incluindo a sua aderência com as pesquisas de mercado.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

2020 - Prevista*	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	7,75	3,75	20,50
Número de Membros Remunerados	9,00	7,75	3,75	20,50
Remuneração Fixa Anual:	8.676.904	13.913.993	645.308	23.236.205
Honorários	2.944.781	11.141.428	537.757	14.623.966
Benefícios Diretos e Indiretos	-	544.279	-	544.279
Remuneração por Participação em Comitês	4.285.972	-	-	4.285.972
Outros	1.446.151	2.228.286	107.551	3.781.988
Remuneração Variável Anual:	-	19.822.104	-	19.822.104
Bônus	-	13.334.126	-	13.334.126
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	6.487.978	-	6.487.978
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	16.941.691	-	16.941.691
Total	8.676.904	50.677.788	645.308	60.000.000

* Conforme remuneração total, que consta no item (e) da Proposta da Administração. Estes valores se referem ao valor máximo previsto, a ser pago apenas caso todas as metas sejam atingidas em seu percentual máximo de atingimento.

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Número de Membros Remunerados	9,00	7,00	3,00	19,00
Remuneração Fixa Anual:	6.843.279	12.257.803	468.989	19.570.072
Honorários	2.842.047	9.836.539	390.825	13.069.411
Benefícios Diretos e Indiretos	-	453.956	-	453.956
Remuneração por Participação em Comitês	2.860.686	-	-	2.860.686
Outros	1.140.547	1.967.308	78.165	3.186.019
Remuneração Variável Anual:	-	13.618.838	-	13.618.838
Bônus	-	9.140.570	-	9.140.570
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	4.478.268	-	4.478.268
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	10.807.906	-	10.807.906
Total	6.843.279	36.684.547	468.989	43.996.816

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Número de Membros Remunerados	9,00	7,00	3,00	19,00
Remuneração Fixa Anual:	5.725.614	11.989.406	445.999	18.161.019
Honorários	2.774.512	9.406.951	371.666	12.553.129
Benefícios Diretos e Indiretos	-	701.064	-	701.064
Remuneração por Participação em Comitês	1.996.833	-	-	1.996.833
Outros	954.269	1.881.391	74.333	2.909.993
Remuneração Variável Anual:	-	6.203.035	-	6.203.035
Bônus	-	5.176.314	-	5.176.314
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	1.026.721	-	1.026.721
Benefícios Pós Emprego	-	11.844	-	11.844
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	8.673.572	-	8.673.572
Total	5.725.614	26.877.857	445.999	33.049.470

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9	7,08	3	19,08
Remuneração Fixa Anual:	4.091.826	12.855.192	427.071	17.374.089
Honorários	2.631.600	9.071.291	355.892	12.058.783
Benefícios Diretos e Indiretos	-	1.959.585	-	1.959.585
Remuneração por Participação em Comitês	778.255	-	-	778.255
Outros	681.971	1.824.316	71.179	2.577.466
Remuneração Variável Anual:	-	9.209.634	-	9.209.634
Bônus	-	5.219.417	-	5.219.417
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	3.990.217	-	3.990.217
Benefícios Pós Emprego	-	157.063	-	157.063
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	1.760.555	-	1.760.555
Remuneração Baseada em Ações	-	17.793.539	-	17.793.539
Total	4.091.826	41.775.983	427.071	46.294.880

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (R\$ mil):

2020 - Prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	7,75	3,75	20,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	13.334.126	-	13.334.126
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	8.89.417	-	8.889.417
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-

2020 - Prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	11.760.475	-	11.760.475
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	7.840.317	-	7.840.317
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	9.140.570	-	9.140.570
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	11.525.179	-	11.525.179
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	7.683.452	-	7.683.452
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	5.176.314	-	5.176.314
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	7,08	3,00	19,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	9.697.215	-	9.697.215
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.464.810	-	6.464.810
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	5.219.417	-	5.219.417
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

O Plano vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2014 ("Plano"). Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os diretores estatutários e não estatutários e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle. O Plano

será administrado pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de Pessoas. Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia alienará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá condicionar a outorga de uma parcela de Ações Restritas ao investimento por parte do Beneficiário na aquisição de ações de emissão da Companhia com a utilização de sua remuneração variável, sendo que tais Ações Restritas também deverão estar sujeitas às regras de aquisição de direito estabelecidas. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita a lei e regulamentação em vigor, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada. Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga. Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente as Ações Restritas.

b. principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo outorgar Ações Restritas às pessoas elegíveis como Beneficiários, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) contribuir para o incremento sustentável da lucratividade, da criação de valor e do preço das ações da Companhia no médio e no longo prazo (c) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados aos Beneficiários.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano prevê a outorga de ações aos Beneficiários para incentivar melhores desempenhos na gestão, no alcance de resultado de longo prazo e no alinhamento de interesses com os acionistas, o que, acreditamos, criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A remuneração de longo prazo baseada em ações alinha os interesses dos executivos aos dos investidores uma vez que representa parte significativa da remuneração total dos executivos, e é diretamente vinculado ao preço da ação no momento da liberação das ações previstas no plano.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Acreditamos que ao tornar nossos Administradores e empregados acionistas da Companhia, alinhamos interesses ao vincular parte do seu patrimônio com a criação sustentável de valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. Além disso, o Plano busca preservar e fortalecer o vínculo dos nossos administradores e empregados no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia, sendo que tal limite será utilizado em período não inferior a 5 (cinco) anos.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

h. condições de aquisição de ações

Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item acima, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, preço de exercício.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Assim como descrito no item 13.1, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado para comparação de Práticas, inclusive prazos de remuneração, para fins de competitividade do pacote de remuneração. Adicionalmente, os prazos estão atrelados às estratégias de retenção dos executivos.

k. forma de liquidação

As ações outorgadas pelo plano, uma vez que cumpridas todas as exigências previstas no contrato firmado entre a Companhia e o executivo, são transferidas para o executivo. Serão transferidas para o executivo ações disponíveis em tesouraria.

l. restrições à transferência das ações

Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidos, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Alteração: Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano. Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de Desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas cujos direitos ainda não tenham sido plenamente adquiridos terão a destinação definida pelo Conselho de Administração.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia possui um Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23 de abril de 2014. Abaixo temos as informações pertinentes às outorgas realizadas dos 3 últimos exercícios sociais, efetuadas para membros de sua diretoria estatutária:

	2017				2018				2019				2020 - Previsto			
	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total
Nº total de membros	7,08				7,00				7,00				7,75			
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
Data de outorga	01/03/2017	01/03/2017	01/03/2017	-	01/03/2018	01/03/2018	01/03/2018	-	01/03/2019	01/03/2019	01/03/2019	-	01/03/2020	01/03/2020	01/03/2020	
Quantidade de ações outorgadas	78.948	78.948	78.948	236.844	23.357	23.357	23.357	70.071	43.684	43.684	43.684	131.052	40.561	40.561	40.561	121.683
Data em que se tornarão exercíveis	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2021	-	29/02/2020	28/02/2021	28/02/2022	-	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2023	-	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2024	-
Prazo máximo para exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2021	-	29/02/2020	28/02/2021	28/02/2022	-	28/02/2021	28/02/2022	28/02/2023	-	28/02/2022	28/02/2023	28/02/2024	-
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das ações na data de outorga	58,10	58,10	58,10	-	79,21	79,21	79,21		63,85	63,85	63,85		110,00	110,00	110,00	
Diluição potencial em caso de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

A Companhia possui um Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23 de abril de 2014. Até 31 de Dezembro de 2019 ocorreu a entrega de ações para membros de sua diretoria estatutária referente apenas à primeira, segunda e terceira tranche da outorga de 2014, a primeira e segunda tranche de 2015 e a primeira tranche da outorga de 2016. Abaixo o detalhamento:

	Realizado 2017	Realizado 2017	Realizado 2017 (5)	Realizado 2017 (5)	Realizado 2017 (5)	Realizado 2017 (5)	Realizado 2017	Realizado 2017	Realizado 2018	Realizado 2018	Realizado 2018	Realizado 2019	Realizado 2019	Realizado 2019
	2014	2015	2014	2015	2015	2016	2016	2016	2014	2015	2016	2015	2016	2017
	2 Tranche	1 Tranche	3 Tranche	2 Tranche	3 Tranche	1 Tranche	2 Tranche	3 Tranche	3 Tranche	2 Tranche	1 Tranche	3 Tranche	2 Tranche	1 Tranche
Nº total de membros	8	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7	7	7
Nº de membros remunerados	7	8	1	1	1	1	1	1	6	7	7	7	7	7
Opções Exercidas														
Nº de ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da dif. entre o valor de exercício e de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues														
Nº de ações	32.165	76.649	6.957	10.268	10.268	6.449	6.449	6.449	25.208	66.381	65.451	69.804	65.451	78.948
Preço médio ponderado de aquisição ⁽¹⁾	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	53,00	53,00	53,00
Valor total da dif. entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas ^(2, 3 e 4)	1.299.507	3.096.734	310.223	457.865	457.865	287.556	287.556	287.556	1.480.745	3.899.318	3.844.708	866.401	812.380	979.900

⁽¹⁾ Custo unitário das ações em tesouraria

⁽²⁾ Diferença entre o custo unitário das ações em tesouraria (R\$ 19,00) menos o valor de mercado das ações da data do vested (R\$ 46,01, valor da ação em 29/02/2016) vezes o número de ações transferidas aos Administradores (32.165).

⁽³⁾ Diferença entre o custo unitário das ações em tesouraria (R\$ 19,00) menos o valor de mercado das ações da data do vested (R\$ 59,40, valor da ação em 24/02/2017) vezes o número de ações transferidas aos Administradores (32.165).

⁽⁴⁾ Diferença entre o custo unitário das ações em tesouraria (R\$ 19,00) menos o valor de mercado das ações da data do vested (R\$ 59,40, valor da ação em 24/02/2017) vezes o número de ações transferidas aos Administradores (76.649).

⁽⁵⁾ A 3ª tranche de 2014, a 2ª e 3ª tranche de 2015 e 1ª a 3ª tranche de 2016 refere-se a antecipação do plano referente a saída de um executivo.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

b. dados e premissas utilizados no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Acionista*	Quantidade de Ações	%
Conselho de Administração	82.859.723	25,08%
Diretoria Estatutária	2.612.662	0,79%
Conselho Fiscal	610	0,00%

* Posição em 31 de dezembro de 2019

13.10. Planos de Previdência em Vigor

Não possuímos plano de previdência conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11. Remuneração Máxima, Mínima e Média

2020 - Previsto (R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,75	9	3,75
Número de Membros Remunerados	7,75	9	3,75
Valor da maior remuneração	15.069.280	1.628.417	172.082
Valor da menor remuneração	2.448.496	321.249	172.082
Valor médio da remuneração	6.539.069	964.100	172.082

Obs: Estes valores se referem à remuneração a ser paga caso todas as metas sejam atingidas em seu percentual máximo

2019 (R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de Membros	7	9	3
Número de Membros Remunerados	7	9	3
Valor da maior remuneração	10.782.560	1.566.579	156.330
Valor da menor remuneração	4.081.035	423.010	156.330
Valor médio da remuneração	5.240.650	760.364	156.330

2018 (R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de Membros	7	9	3
Número de Membros Remunerados	7	9	3
Valor da maior remuneração	8.133.642	1.351.082	148.666
Valor da menor remuneração	3.038.994	327.249	148.666
Valor médio da remuneração	3.839.694	636.179	148.666

2017 (R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,08	9	3
Número de Membros Remunerados	7,08	9	3
Valor da maior remuneração	12.334.388	1.024.196	142.384
Valor da menor remuneração	3.695.426	288.055	142.384
Valor médio da remuneração	5.900.563	454.647	142.384

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam

partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Remuneração 2019	Remuneração 2018	Remuneração 2017
Conselho de Administração	83%	65%	68%
Diretoria Estatutária	16%	23%	19%
Conselho Fiscal	1%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração que compõem os Comitês de Finanças e Riscos, Expansão, Estratégias, Sustentabilidade, Inovação e de Pessoas recebem remuneração adicional pela participação.

	2019	2018	2017
Conselho de Administração	2.860.685,81	R\$ 1.996.833,06	R\$ 778.255,00
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal teve a remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas.

13.16. Outras Informações Relevantes - Remuneração

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores

ANEXO IV
Informações sobre membros do Conselho de Administração e do
Conselho Fiscal Indicados

(Conforme Artigo 10 da Instrução CVM nº 481)
Informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

Item 12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, indicar, em forma de tabela: (a) nome; (b) data de nascimento (c) profissão; (d) CPF/MF ou número do passaporte; (e) cargo eletivo ocupado; (f) data de eleição; (g) data da posse; (h) prazo do mandato; (i) outros cargos ou funções exercidos na Companhia; (j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não; (k) se é membro independente e, em caso positivo, qual o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; (l) número de mandatos consecutivos.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição (previsão)	Data de Posse (previsão)	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Gilberto Lério	26.08.1950	Contador	269.714.378-53	Membro titular	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Sim	20
Fernando Carvalho Braga	05.06.1952	Empresário	538.987.458-72	Membro titular	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Sim	14
Mário Antonio Luiz Corrêa	29.12.1944	Contador e administrador de empresas	063.857.108-15	Membro titular	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Sim	19
Felipe Elias Ribeiro David	30.08.1991	Administrador de empresas	227.604.038-66	Membro titular	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Não	0
Robert Juenemann	22.10.1965	Advogado	426.077.100-06	Membro titular	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Não	0
Flavio Stamm	05.12.1962	Administrador de empresas	048.241.708-00	Membro suplente	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Sim	6
Paulo Sérgio Buzaid Tohmé	28.12.1967	Advogado	143.925.478-84	Membro suplente	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Sim	6
Vivian do Valle Souza Leão Mikui	03.04.1962	Advogada	088.036.718-03	Membro Suplente	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Sim	0
Marcello da Costa Silva	11.02.1983	Administrador de empresas	308.355.928-39	Membro Suplente	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Não	0
Alessandra Eloy Gadelha	22.09.1974	Engenheira química	021.092.597-36	Membro suplente	08.04.2020	08.04.2020	Até a AGO de 2021	Não exerce outros cargos	Não	0

Item 12.5(m). Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal fornecer informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e*
- (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor*

Conselho Fiscal

Sr. Gilberto Lerio. Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Galvão Engenharia S/A, que atua na prestação de serviços de engenharia e construção industrial; (2) Membro do Conselheiro Fiscal Suplente da Telefônica, empresa que atua no ramo de telecomunicações; (3) Membro do Conselheiro Fiscal da Brascod Comercio Importação e Exportação Ltda; (4) Membro do Conselho de Administração da Protende Sistemas e Métodos de Construções Ltda; (5) Membro do Conselho de Administração da Plastifluor Industria Comercio de Vedações Ltda.; e (6) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Sr. Fernando Carvalho Braga. Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de São Paulo - CESP; (2) Membro do Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina; (3) Sócio Gerente da BNA Consultoria Empresarial Ltda.; e (4) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Sr. Mário Antonio Luiz Corrêa. Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Holdings S/A., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (2) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Agropecuária Ltda., cuja atividade principal é a produção agropecuária em terras próprias ou alheias, e a comercialização dos seus produtos, podendo participar em outras sociedades como quotista ou acionista; (3) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Gepel Rural S/A., cuja atividade principal é a exploração agropecuária e florestal; (4) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Tantra Participações Ltda., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. Empresa detém 10,34% do capital da Companhia; (5) atuou como membro do Conselho Fiscal de empresas do Grupo Klabin S/A. (Celucat S/A, Papelão Ondulado do Nordeste S/A - PONSA e Bacell S/A); e (6) membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.

Sr. Felipe Elias Ribeiro David. Formado em Administração de Empresa pela FGV-EAESP com extensão na Sciences-Po Pari e completou o curso de Value Investing na Columbia Business School. Nos últimos anos, atuou como: (1) sócio da Constellation Investimento e Participações LTDA, sendo membro do Comitê de Investimentos desde 2014; (2) Atualmente atua como analista responsável pela análise dos setor de construção civil, ensino superior e saúde.

Sr. Robert Juenemann. Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, em 1988, com pós-graduação em Direito Processual Civil na mesma instituição, em 1995, e pós-graduação em Planejamento Estratégico pela ESPM/RS, em 1995. É sócio fundador da Juenemann & Goés Advocacia e, nos últimos cinco anos, atuou como membro do Conselho Fiscal da (1) AES Tietê Energia S.A. – setor de energia; (2) Banco do Brasil S.A. – setor bancário; (3) JBS S.A. – setor alimentício; (4) Vale S.A. – setor de mineração; (5). Eletrobrás S.A. – setor de energia; e (6). Eternit S.A. – setor de telhas e revestimentos.

Sr. Flavio Stamm. Formado em Administração de Empresas pela Universidade São Marcos, nos últimos cinco anos exerce serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária, auditoria e atua em Conselhos Fiscais. É membro suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.

Sr. Paulo Sérgio Buzaid Tohmé. Nos últimos anos, atuou como: (1) sócio da Leão e Tohmé Advogados Associados (1994-2011); (2) membro suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.; e (3) membro do Conselho Fiscal de empresas do Grupo Klabin S/A.

Sra. Vivian do Valle Souza Leão Mikui. Formada em Administração de Empresa pelo Mackenzie, em Direito pela FMU e Comunicação Social pela ESPM, Atuou como Membro do Conselho fiscal da Klabin SA por 16 anos, membro do conselho de administração da Klabin e sócia da Leão e Tohmé Advogados Associados desde 2001.

Sr. Marcello da Costa Silva. Formado em Administração de Empresa pela FGV-EAESP e em Economia pela FEA/USP. Completou o curso de Value Investing na Columbia Business School, Executive Program em Singularity University e Disruptive Strategy em Harvard Business School. Nos últimos anos, atuou como: (1) sócio da Constellation Investimento e Participações LTDA, sendo membro do Comitê de Investimentos desde 2006.

Sra. Alessandra Eloy Gadelha. Formada em engenharia química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com mestrado em Administração (MBA) pelo Rensselaer Polytechnic Institute, localizada no estado de Nova Iorque, nos EUA. Possui certificação internacional de analista financeiro, Chartered Financial Analyst Certification – CFA e certificação de Conselheiro de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Alessandra tem 18 anos de experiência na área financeira, principalmente em relações com investidores e planejamento estratégico, tendo trabalhado na Vale S.A., entre 2002 e 2010, e na Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., entre 2010 e 2015. Desde 2015, é diretora de relações com investidores da Springs Global Participações.

Item 12.5 (n). Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- (i) qualquer condenação criminal;**
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e**
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal indicados, declararam, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não estiveram sujeitos a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na

esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Item 12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão

Conselho Fiscal (01.01.2019 a 31.12.2019)

Nome	Número de Reuniões	% Participação
Gilberto Lerio	13	100%
Fernando Carvalho Braga	13	100%
Mário Antonio Luiz Corrêa	13	100%

Item 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável. Não está sendo proposta nenhuma alteração na composição dos comitês da Companhia.

Item 12.8. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável.

Item 12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor;

O Sr. Carlos Pires Oliveira Dias é pai do Sr. Renato Pires Oliveira Dias e da Sra. Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle. O Sr. Renato Pires Oliveira Dias é irmão da Sra. Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle. O Sr. Antônio Carlos Pipponzi e a Sra. Rosalia Pipponzi Raia de Almeida Prado são irmãos. A Sra. Cristiana Almeida Pipponzi é sobrinha do Sr. Antônio Carlos Pipponzi e da Sra. Rosalia Pipponzi Raia de Almeida Prado, prima do Sr. Eugênio De Zagottis e do Sr. Marcello De Zagottis. O Sr. Eugênio De Zagottis é filho da Sra. Rosalia Pipponzi Raia de Almeida Prado e sobrinho do Sr. Antônio Carlos Pipponzi.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, direta ou indiretas, do emissor;

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;

Vide item “a” acima.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor.

Não há.

Item 12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor;

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

ANEXO V

Alterações Estatutárias Propostas

(Conforme Artigo 11 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009)

- Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS (EM MARCAS)	JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS
<p>CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO</p> <p>ARTIGO 1º - A Companhia denomina-se RAIA DROGASIL S.A. (“<u>Companhia</u>”), tem sua sede e foro na Capital do Estado de São Paulo e reger-se-á por este Estatuto Social, pela Lei n. 6.404/76, conforme alterada (“<u>Lei das S.A.</u>”) e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.</p> <p>PARÁGRAFO PRIMEIRO - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar, transferir e extinguir filiais, escritórios, depósitos, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, observada a prévia deliberação do Conselho de Administração em relação à abertura de Centros de Distribuição.</p>	<p>CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO</p> <p>ARTIGO 1º - A Companhia denomina-se RAIA DROGASIL S.A. (“<u>Companhia</u>”), tem sua sede e foro na Capital do Estado de São Paulo e reger-se-á por este Estatuto Social, pela Lei n. 6.404/76, conforme alterada (“<u>Lei das S.A.</u>”) e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.</p> <p>PARÁGRAFO PRIMEIRO - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar, transferir e extinguir filiais, escritórios, depósitos, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior. observada a prévia deliberação do Conselho de Administração em relação à abertura de Centros de Distribuição.</p>	<p>Retirada da necessidade de deliberação prévia do Conselho de Administração para abertura de Centros de Distribuição, deixando-se, assim, tal decisão dentro da competência residual dos Diretores da Companhia, de sorte a facilitar as atividades da administração ordinária.</p>

<p>ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto: a) o comércio, a fabricação, a importação e a exportação de medicamentos alopáticos e homeopáticos, insumos e artigos farmacêuticos, produtos correlatos, produtos químicos e dietéticos, perfumes e essências, cosméticos, produtos de higiene e toucador, saneantes domissanitários, nutrimentos e aparelhos acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética e produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; b) a prestação de serviços peculiares ao comércio varejista, tais como serviço de entregas domiciliares de produtos comercializados ou não pela Companhia, gerenciamento de informações cadastrais e armazenamento de dados sobre vendas de produtos e serviços, realizados através de convênios, gerenciamento e participação de programas de benefício de medicamentos ("<u>PBM</u>") no setor privado e público, prestação de serviços comunitários, tais como recebimento de contas de água, luz, telefone, energia elétrica, de impostos e taxas em geral, pagamentos e recebimentos em geral, bem como venda de ingressos para teatro, shows, e</p>	<p>ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto: a) o comércio, a fabricação, a importação e a exportação de medicamentos alopáticos e homeopáticos, insumos e artigos farmacêuticos, produtos correlatos, produtos químicos e dietéticos, perfumes e essências, cosméticos, produtos de higiene e toucador, saneantes domissanitários, nutrimentos e aparelhos acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética e produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; b) a prestação de serviços peculiares ao comércio varejista, tais como serviço de entregas domiciliares de produtos comercializados ou não pela Companhia, gerenciamento de informações cadastrais e armazenamento de dados sobre vendas de produtos e serviços, realizados através de convênios, gerenciamento e participação de programas de benefício de medicamentos ("<u>PBM</u>") no setor privado e público, prestação de serviços comunitários, tais como recebimento de contas de água, luz, telefone, energia elétrica, de impostos e taxas em geral, pagamentos e recebimentos em geral, bem como venda de ingressos para teatro, shows, e outros espetáculos, inclusive esportivos, entre outros, serviço de revelação de fotografias e</p>	<p>Detalhamento do objeto social, com a inclusão de novos itens, sem alteração da atividade básica original.</p> <p>Uma vez que o detalhamento ora proposto não representa modificação substancial do objeto social, mas, tão-somente, um acréscimo de atividades complementares ou integradas às já desenvolvidas pela Companhia, não enseja o direito de retirada previsto no artigo 137 da Lei das S.A.</p>

<p>outros espetáculos, inclusive esportivos, entre outros, serviço de revelação de fotografias e outros afetos ao seu objeto social; c) loja de conveniência e “drugstore”, destinadas ao comércio, mediante autosserviço ou não, de diversas mercadorias com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre os quais o comércio de alimentos em geral e correlatos; d) comercialização de produtos oftalmológicos e de artigos de ótica, cine, foto e som, eletrodomésticos, fitas, discos, livros, jornais, revistas e impressos em geral, cartões telefônicos e serviços relativos ao objeto social; e) a publicação e distribuição gratuita/e ou onerosa de jornais, revistas e periódicos; f) a manipulação de fórmulas de medicamentos, cosméticos e produtos afins, restrita esta atividade às filiais expressamente indicadas como “Farmácia de Manipulação”; g) importação e exportação de qualquer produto afim com seu objeto social; h) o transporte de mercadorias; i) a promoção e a participação em empreendimentos imobiliários; j) o comércio, a importação e a exportação de artigos, máquinas, e equipamentos afins com seu objetivo social; e k) a participação em outras sociedades.</p>	<p>outros afetos ao seu objeto social; c) loja de conveniência e “drugstore”, destinadas ao comércio, mediante autosserviço ou não, de diversas mercadorias com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre os quais o comércio de alimentos em geral e correlatos; d) comercialização de produtos oftalmológicos e de artigos de ótica, cine, foto e som, eletrodomésticos, fitas, discos, livros, jornais, revistas e impressos em geral, cartões telefônicos e serviços relativos ao objeto social; e) a publicação e distribuição gratuita/e ou onerosa de jornais, revistas e periódicos; f) a manipulação de fórmulas de medicamentos, cosméticos e produtos afins, restrita esta atividade às filiais expressamente indicadas como “Farmácia de Manipulação”; g) importação e exportação de qualquer produto afim com seu objeto social; h) o transporte de mercadorias; i) a promoção e a participação em empreendimentos imobiliários; j) o comércio, a importação e a exportação de artigos, máquinas, e equipamentos afins com seu objetivo social; e k) a participação em outras sociedades; l) inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio; m) a prestação de serviços de vacinação e imunização humana; e n) atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente .</p>	
<p align="center">SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>		

<p>ARTIGO 6º - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e igual número de membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p> <p>PARÁGRAFO SÉTIMO – O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Assembleia Geral.</p>	<p>ARTIGO 6º - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e igual número de membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p> <p>PARÁGRAFO SÉTIMO – O (A) Presidente do Conselho de Administração será indicado(a) pela Assembleia Geral.</p>	<p>Inclusão do gênero feminino.</p>
<p>PARÁGRAFO NONO - Vagando por qualquer motivo os demais cargos de membro efetivo do Conselho, o suplente imediatamente assumirá a vaga, completando o prazo do mandato do substituído. Se a vacância abranger, ao mesmo tempo, os cargos de membro efetivo e seu suplente, o Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral para realizar a eleição dos novos membros.</p>	<p>PARÁGRAFO NONO - Vagando por qualquer motivo os demais cargos de membro efetivo do Conselho, o suplente imediatamente assumirá a vaga, completando o prazo do mandato do substituído. Se a vacância abranger, ao mesmo tempo, os cargos de membro efetivo e seu suplente, o(a) Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral para realizar a eleição dos novos membros.</p>	<p>Inclusão do gênero feminino.</p>
<p>ARTIGO 7º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou, na sua ausência, por quaisquer dois membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de carta com aviso de recebimento, fax ou correio eletrônico, devendo constar do aviso de</p>	<p>ARTIGO 7º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) Presidente ou, na sua ausência, por quaisquer dois membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de carta com aviso de recebimento, fax ou correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido,</p>	<p>Atualização dos meios de convocação das reuniões do Conselho de Administração.</p>

convocação a data, o horário e os assuntos a serem tratados.	devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos a serem tratados.	
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos demais membros presentes, e secretariadas por um Conselheiro indicado pelo presidente da reunião em questão.	PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo(a) Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos demais membros presentes, e secretariadas por um(a) Conselheiro(a) indicado pelo(a) presidente da reunião em questão.	Inclusão do gênero feminino.
PARÁGRAFO SEGUNDO - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos Conselheiros por quaisquer desses meios será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os Conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão expressar seu voto por meio de carta, fax ou correio eletrônico.	PARÁGRAFO SEGUNDO - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos Conselheiros por quaisquer desses meios será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os Conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão expressar seu voto por meio de carta, fax ou correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido.	Atualização dos meios de realização das reuniões do Conselho de Administração.
PARÁGRAFO QUARTO - Cada Conselheiro tem direito a um voto nas reuniões do Conselho de Administração. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, assinadas por todos os	PARÁGRAFO QUARTO - Cada Conselheiro(a) tem direito a um voto nas reuniões do Conselho de Administração. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, assinadas por todos os membros presentes e,	Inclusão do gênero feminino.

<p>membros presentes e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, devem ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas.</p>	<p>sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, devem ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas.</p>	
<p>ARTIGO 8º - Ao Conselho de Administração compete:</p> <p>a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando inclusive, mas sem limitação, novos investimentos, observado o item “o)” deste artigo, e/ou financiamentos e/ou desinvestimentos, assim como planos de negócios de longo prazo e suas alterações;</p> <p>b) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como a respeito de qualquer outro ato que tenha sido praticado, ou esteja para ser praticado, pelos Diretores;</p> <p>c) manifestar-se por escrito sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;</p> <p>d) autorizar a aquisição, a alienação, a oneração ou o arrendamento de (i) bens imóveis, bem como a abertura de quaisquer Centros de Distribuição e; e (ii) participações societárias;</p> <p>e) manifestar-se previamente sobre</p>	<p>ARTIGO 8º - Ao Conselho de Administração compete:</p> <p>a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando inclusive, mas sem limitação, novos investimentos, observado o item “o)” deste artigo, e/ou financiamentos e/ou desinvestimentos, assim como planos de negócios de longo prazo e suas alterações;</p> <p>b) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como a respeito de qualquer outro ato que tenha sido praticado, ou esteja para ser praticado, pelos Diretores;</p> <p>c) manifestar-se por escrito sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;</p> <p>d) autorizar a aquisição, a alienação, a oneração ou o arrendamento de (i) bens imóveis que representem 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ou mais do Patrimônio Líquido da, bem como a abertura de quaisquer Centros de Distribuição e Companhia; e (ii) participações societárias;</p>	<p>Ajustes nas competências do conselho de administração da Companhia para refletir de forma adequada a governança corporativa.</p>

<p>qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral, bem como emitir parecer sobre propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;</p> <p>f) escolher, fiscalizar e destituir os auditores independentes e demais assessores da Companhia;</p> <p>g) aumentar o capital social, bem como a emissão de ações da Companhia, sem aprovação em Assembleia Geral, nos limites autorizados no parágrafo 5º do artigo 4º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização;</p> <p>h) autorizar a Diretoria a representar a Companhia em sociedades coligadas ou controladas;</p> <p>i) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e poderes de representação da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social;</p> <p>j) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração dos administradores, de acordo com a remuneração global fixada pela Assembleia Geral;</p> <p>k) escolher o(a) Diretor(a) que acumulará a função de Diretor de Relações com</p>	<p>e) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral, bem como emitir parecer sobre propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;</p> <p>f) escolher, fiscalizar e destituir os auditores independentes e demais assessores da Companhia;</p> <p>g) aumentar o capital social, bem como a emissão de ações da Companhia, sem aprovação em Assembleia Geral, nos limites autorizados no parágrafo 5º do artigo 4º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização;</p> <p>h) autorizar a Diretoria a representar a Companhia em sociedades coligadas ou controladas</p> <p>h) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e poderes de representação da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social;</p> <p>i) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração dos administradores, de acordo com a remuneração global fixada pela Assembleia Geral;</p> <p>k) escolher o(a) Diretor(a) que acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores;</p>	
---	--	--

<p>Investidores;</p> <p>l) aprovar o Orçamento Anual;</p> <p>m) convocar Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária;</p> <p>n) autorizar qualquer tipo de garantia, aval ou fiança por parte da Companhia, em favor de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, fianças outorgadas a sociedades coligadas e controladas, bem como a concessão de garantias reais e/ou fidejussórias, com valor agregado igual ou superior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia;</p> <p>o) aprovar transações de compra, venda, oneração ou arrendamento, individuais ou vinculadas entre si, que resultem em obrigações para a Companhia, que comprometam os seus ativos ou que exonerem terceiros de responsabilidades para com ela em montante igual ou superior a (i) 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido para conjunto de ativos permanentes e intangíveis salvo o disposto no item d) acima e no item (ii) a seguir e na celebração de contratos em geral, salvo para a aquisição de mercadorias de revenda, considerada toda a sua vigência; ou (ii) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido para fundos de comércio relativos a pontos</p>	<p>j) aprovar o Orçamento Anual;</p> <p>k) convocar Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária;</p> <p>l) autorizar qualquer tipo de garantia, aval ou fiança por parte da Companhia, em favor de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, fianças outorgadas a sociedades coligadas e controladas, bem como a concessão de garantias reais e/ou fidejussórias, com valor agregado igual ou superior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia;</p> <p>m) aprovar transações de compra, venda, oneração ou arrendamento, individuais ou vinculadas entre si, que resultem em obrigações para a Companhia, que comprometam os seus ativos ou que exonerem terceiros de responsabilidades para com ela em montante igual ou superior a (i) 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido para conjunto de ativos permanentes e intangíveis salvo o disposto no item d) acima e no item (ii) a seguir e na celebração de contratos em geral, salvo para a aquisição de mercadorias de revenda, considerada toda a sua vigência; ou (ii) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido para fundos de comércio relativos a pontos comerciais. O Patrimônio Líquido será tomado</p>	
--	--	--

<p>comerciais. O Patrimônio Líquido será tomado com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;</p> <p>p) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias comerciais na forma da legislação em vigor;</p> <p>q) aprovar operações que representem, individual ou conjuntamente, um endividamento total igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia ou determine índice de liquidez corrente inferior a 1 (um);</p> <p>r) deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;</p> <p>s) declarar dividendos intermediários e intercalares;</p> <p>t) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral;</p> <p>u) definir a lista tríple de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de</p>	<p>com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;</p> <p>n) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias comerciais na forma da legislação em vigor;</p> <p>o) aprovar operações que representem, individual ou conjuntamente, um endividamento total igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia ou determine índice de liquidez corrente inferior a 1 (um);</p> <p>p) deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;</p> <p>q) declarar dividendos intermediários e intercalares;</p> <p>r) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral;</p> <p>s) definir a lista tríple de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme</p>	
---	---	--

<p>avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social;</p> <p>v) apresentar à Assembleia Geral proposta de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou qualquer outra espécie de reorganização societária, , bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia;</p> <p>w) deliberar, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, proposta de participação nos lucros para os administradores da Companhia;</p> <p>x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;</p> <p>y) aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores, inclusive com ações da Companhia e suas controladas;</p> <p>z) aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas;</p> <p>aa) deliberar sobre proposta de grupamento, desdobramento e bonificação de</p>	<p>o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social;</p> <p>w) t) apresentar à Assembleia Geral proposta de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou qualquer outra espécie de reorganização societária, , bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia;</p> <p>w) u) deliberar, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, proposta de participação nos lucros para os administradores da Companhia;</p> <p>x) v) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;</p> <p>y) w) aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores, inclusive com ações da Companhia e suas controladas;</p> <p>z) x) aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas;</p> <p>aa) y) deliberar sobre proposta de grupamento, desdobramento e bonificação de ações a ser submetida à Assembleia Geral;</p> <p>bb) z) definir e alterar qualquer das políticas de</p>	
---	--	--

<p>ações a ser submetida à Assembleia Geral;</p> <p>bb) definir e alterar qualquer das políticas de capitalização, endividamento, risco, distribuição de lucros e investimento da Companhia e de suas controladas;</p> <p>cc) deliberar sobre a determinação do voto a ser proferido pela Companhia, seus representantes e administradores indicados pela Companhia na assembleia geral ou na reunião do conselho de administração, conforme o caso, de qualquer controlada com relação a qualquer matéria de competência da assembleia geral e às matérias listadas nos itens d), g), m), o), p), r), t), v), z), aa) e bb) deste artigo; e</p> <p>dd) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo</p>	<p>capitalização, endividamento, risco, distribuição de lucros e investimento da Companhia e de suas controladas;</p> <p>cc) aa) deliberar sobre a determinação do voto a ser proferido pela Companhia, seus representantes e administradores indicados pela Companhia na assembleia geral ou na reunião do conselho de administração, conforme o caso, de qualquer controlada com relação a qualquer matéria de competência da assembleia geral e às matérias listadas nos itens d), g), m), o), p), r), t), v), z), aa) e bb) deste artigo. ;-e Com relação ao item r), somente será aplicável o disposto aqui se envolver valor agregado igual ou superior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia;</p> <p>dd) bb) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações;</p>	
---	--	--

<p>ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta disponíveis no Mercado; e outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.</p>	<p>(ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta disponíveis no Mercado; e outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e</p> <p>cc) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e dos Comitês e as suas respectivas alterações;</p>	
SEÇÃO II - DIRETORIA		
<p>ARTIGO 10 - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 08 (oito) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Comercial de Vendas e Marketing, um Diretor de Operações/Supply Chain, um Diretor Financeiro e Administrativo, um Diretor de Operações de Varejo, um Diretor de Recursos Humanos, um Diretor de Expansão e um Diretor de Planejamento Corporativo.</p> <p>Os Diretores podem acumular cargos. O cargo de Diretor de Relações com Investidores (R.I.) será atribuído a qualquer dos Diretores, conforme deliberação do Conselho de Administração.</p>	<p>ARTIGO 10 - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 8 11 (oito) (onze) Diretores membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sendo um(a) Diretor(a)-Presidente, um(a) Diretor(a) Comercial, de Vendas e Marketing Vice Presidente Comercial e Marketing, um(a) Diretor(a) de Operações/Supply Chain Vice Presidente de Transformação Digital, um(a) Diretor(a) Vice Presidente Diretor Financeiro e Administrativo, um(a) Diretor(a) de Operações de Vice Presidente Varejo de Operações de Loja, Multicanal e Expansão, um(a) Diretor(a) de Recursos Vice Presidente Humanos de Gente, Cultura e Sustentabilidade, um(a) Diretor(a) de Vice Presidente Expansão de Negócios de Saúde e um(a) Diretor(a) de Planejamento Vice Presidente</p>	<p>Alteração da composição da Diretoria da Companhia, da nomenclatura dada aos cargos dos Diretores e inclusão do gênero feminino.</p>

	<p>Corporativo de Planejamento Corporativo, RI e M&A e mais 3 (três) diretores sem designação específica. Os Diretores podem acumular cargos. O cargo de Diretor de Relações com Investidores (R.I.) será atribuído a qualquer dos Diretores, conforme deliberação do Conselho de Administração.</p>	
<p>PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de impedimento temporário do(a) Diretor(a)-Presidente por período superior a 30 (trinta) dias, ou caso ocorra a vacância do cargo, o Conselho de Administração poderá indicar um(a) Diretor(a)-Presidente substituto dentre os Diretores ou membros do Conselho, que exercerá provisoriamente o mandato até que ocorra o retorno do titular ou a nomeação definitiva de um(a) novo Diretor(a)-Presidente.</p>	<p>PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de impedimento temporário do(a) Diretor(a)-Presidente por período superior a 30 (trinta) dias, ou caso ocorra a vacância do cargo, o Conselho de Administração poderá indicar um(a) Diretor(a)-Presidente substituto dentre os Diretores ou membros do Conselho, que exercerá provisoriamente o mandato até que ocorra o retorno do titular ou a nomeação definitiva de um(a) novo Diretor(a)-Presidente.</p>	<p>Inclusão do gênero feminino.</p>
<p>PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de impedimento temporário de um Diretor por período superior a 30 (trinta) dias ou no caso de vacância do cargo, o Diretor-Presidente poderá, a seu exclusivo critério, acumular ele mesmo a função ou nomear um substituto dentre os demais Diretores para que a acumule em caráter provisório até que ocorra o retorno do titular ou a nomeação definitiva de um novo Diretor.</p>	<p>PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de impedimento temporário de um(a) Diretor(a) Vice Presidente por período superior a 30 (trinta) dias ou no caso de vacância do cargo, o(a) Diretor(a)-Presidente poderá, a seu exclusivo critério, acumular ele mesmo a função ou nomear um substituto dentre os demais Diretores para que a acumule em caráter provisório até que ocorra o retorno do titular ou a nomeação definitiva de um(a) novo(a) Diretor(a) Vice Presidente.</p>	<p>Inclusão do gênero feminino e atualização da nomenclatura de determinados cargos.</p>

-	<p>PARÁGRAFO QUARTO – Caso o Conselho de Administração eleja algum dos diretores sem designação específica, conforme caput deste artigo, deverá, no mesmo ato da eleição, definir a nomenclatura do cargo e as suas competências.</p>	<p>Conformação com a alteração da composição da Diretoria, permitindo que o Conselho de Administração, ao eleger os novos diretores, determine também as suas nomenclaturas e competências.</p>
<p>ARTIGO 11 - Compete à Diretoria: a) coordenar e gerir os negócios sociais; b) observar e fazer cumprir o disposto na Lei das S.A., no Regulamento do Novo Mercado e neste Estatuto Social; c) organizar e apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração, a serem acompanhados do parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e do parecer dos auditores independentes; d) abrir, fechar e movimentar contas bancárias; e) propor a aquisição, a alienação, a transferência, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis; f) transigir, ceder ou renunciar a direitos que não sejam relativos a bens imóveis da Companhia; g) nomear procuradores em nome da Companhia; h) adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da Companhia, nos limites deste Estatuto Social; i) autorizar e realizar operações, celebrar contratos, que obriguem, onerem ou responsabilizem a Companhia nos limites deste Estatuto Social; j) decidir sobre a abertura, fechamento ou</p>	<p>ARTIGO 11 - Compete à Diretoria: a) coordenar e gerir os negócios sociais; b) observar e fazer cumprir o disposto na Lei das S.A., no Regulamento do Novo Mercado e neste Estatuto Social; c) organizar e apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração, a serem acompanhados do parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e do parecer dos auditores independentes; d) abrir, fechar e movimentar contas bancárias; e) propor a aquisição, a alienação, a transferência, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis; f) transigir, ceder ou renunciar a direitos que não sejam relativos a bens imóveis da Companhia; g) nomear procuradores em nome da Companhia; h) adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da Companhia, nos limites deste Estatuto Social; i) autorizar e realizar operações, celebrar contratos, que obriguem, onerem ou responsabilizem a Companhia nos limites deste Estatuto Social; j) decidir sobre a abertura, fechamento ou mudança de filiais, depósitos, centros de distribuição,</p>	<p>Conformação com a alteração proposta ao Parágrafo Primeiro do Artigo Primeiro, de retirada da necessidade de deliberação prévia do Conselho de Administração para abertura de Centros de Distribuição, deixando-se, assim, tal decisão dentro da competência residual dos Diretores da Companhia, de sorte a facilitar as atividades da administração ordinária.</p>

<p>mudança de filiais, depósitos, centros de distribuição, sucursais, escritórios ou representações no país ou exterior em reunião de Diretoria, previamente ouvido o Comitê de Expansão, quando e se instalado e observada a prévia autorização do Conselho de Administração em relação a Centros de Distribuição; l) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como divergência entre seus membros.</p>	<p>sucursais, escritórios ou representações no país ou exterior em reunião de Diretoria, previamente ouvido o Comitê de Expansão, quando e se instalado e observada a prévia autorização do Conselho de Administração em relação a Centros de Distribuição; l) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como divergência entre seus membros.</p>	
<p>PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sem prejuízo das competências gerais da Diretoria, compete ao Diretor-Presidente: a) estabelecer o modelo de gestão da Companhia e fazê-lo cumprir; b) dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração; c) dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; d) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia; e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; f) representar institucionalmente a Companhia; e g) participar ou designar preposto, como membro efetivo e/ou indicar outros diretores para participarem</p>	<p>PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sem prejuízo das competências gerais da Diretoria, compete ao(a) Diretor(a)-Presidente: a) estabelecer o modelo de gestão da Companhia e fazê-lo cumprir; b) dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração; c) dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; d) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia; e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; f) representar institucionalmente a Companhia; e g) participar ou designar preposto, como membro efetivo e/ou indicar outros diretores para participarem dos Comitês que vierem a ser instalados na forma do parágrafo segundo do artigo 8º</p>	<p>Inclusão do gênero feminino.</p>

dos Comitês que vierem a ser instalados na forma do parágrafo segundo do artigo 8º.		
PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Diretor ao qual for atribuído o cargo de Diretor de Relações com Investidores: a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; b) divulgar a Companhia e seus títulos e valores mobiliários junto a analistas financeiros, acionistas, debenturistas e potenciais investidores, no Brasil e no exterior; c) prestar informações ao mercado financeiro, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; d) manter atualizados os registros da Companhia perante à CVM; e) liderar a emissão pública de novos títulos e valores mobiliários pela Companhia junto aos mercados de capitais no Brasil e no exterior, conforme aplicável; e f) coordenar a recompra ou resgate de títulos mobiliários de emissão da própria Companhia sempre que aprovado pelo Conselho de Administração.	PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Diretor ao qual for atribuído o cargo de Diretor de Relações com Investidores: a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; b) divulgar a Companhia e seus títulos e valores mobiliários junto a analistas financeiros, acionistas, debenturistas e potenciais investidores, no Brasil e no exterior; c) prestar informações ao mercado financeiro, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; d) manter atualizados os registros da Companhia perante à CVM; e) liderar a emissão pública de novos títulos e valores mobiliários pela Companhia junto aos mercados de capitais no Brasil e no exterior, conforme aplicável; e f) coordenar a recompra ou resgate de títulos mobiliários de emissão da própria Companhia sempre que aprovado pelo Conselho de Administração.	Propõe-se que a função de Diretor de Relações com Investidores seja cumulada com a função de Diretor de M&A, conforme ajuste proposto ao Parágrafo Nono deste Artigo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Diretor Financeiro e Administrativo: a) disponibilizar uma estrutura de capital em linha com a estratégia e com as necessidades da	PARÁGRAFO TERCEIRO SEGUNDO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente Financeiro e Administrativo: a) disponibilizar uma estrutura de capital em linha com a estratégia e com as	Dar nova nomenclatura do cargo de Diretor Financeiro e Administrativo.

<p>Companhia; b) gerenciar o fluxo de caixa, obter fontes de financiamento e representar a Companhia junto a instituições financeiras; c) preparar os demonstrativos contábeis da Companhia, assegurando a correta contabilização das transações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações fiscais; d) zelar pelos imóveis de propriedade da Companhia ou por ela locados, administrando os contratos de locação, contratando apólices de seguros conforme a política de gestão de riscos da Companhia, garantindo a sua tempestiva manutenção e preservando a segurança patrimonial; e e) negociar a aquisição de ativos, insumos e serviços não mercantis, salvo a contratação de novos pontos comerciais, de valor relevante.</p>	<p>necessidades da Companhia; b) gerenciar o fluxo de caixa, obter fontes de financiamento e representar a Companhia junto a instituições financeiras; c) preparar os demonstrativos contábeis da Companhia, assegurando a correta contabilização das transações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações fiscais; d) zelar pelos imóveis de propriedade da Companhia ou por ela locados, administrando os contratos de locação, contratando apólices de seguros conforme a política de gestão de riscos da Companhia, garantindo a sua tempestiva manutenção e preservando a segurança patrimonial; e e) negociar a aquisição de ativos, insumos e serviços não mercantis, salvo a contratação de novos pontos comerciais, de valor relevante.</p>	
<p>PARÁGRAFO QUARTO - Compete ao Diretor Comercial, de Vendas e Marketing: a) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de compras e gerenciar o relacionamento com os fornecedores da Companhia; b) acompanhar o desempenho e a rentabilidade por fornecedor e liderar negociações para a maximização do lucro bruto da Companhia e para a viabilização de ações conjuntas de <i>merchandising</i>; c) desenvolver, implementar e monitorar estratégias de gestão</p>	<p>PARÁGRAFO QUARTO TERCEIRO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente Comercial, de Vendas e Marketing: a) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de compras e gerenciar o relacionamento com os fornecedores da Companhia; b) acompanhar o desempenho e a rentabilidade por fornecedor e liderar negociações para a maximização do lucro bruto da Companhia e para a viabilização de ações conjuntas de <i>merchandising</i>; c) desenvolver, implementar e monitorar estratégias de gestão das vendas, loja a</p>	<p>Dar nova nomenclatura do cargo de Diretor Comercial, de Vendas e Marketing.</p>

<p>das vendas, loja a loja, visando maximizar o Lucro Bruto da Companhia; d) gerenciar as iniciativas de marketing e promoção da Companhia; e) definir, implementar e gerenciar as estratégias por categorias de produto; f) definir, implementar e gerenciar as estratégias de relacionamento para os clientes cadastrados no programa de fidelidade da Companhia.</p>	<p>loja, visando maximizar o Lucro Bruto da Companhia; d) gerenciar as iniciativas de marketing e promoção da Companhia; e) definir, implementar e gerenciar as estratégias por categorias de produto; f) definir, implementar e gerenciar as estratégias de relacionamento para os clientes cadastrados no programa de fidelidade da Companhia.</p>	
<p>PARÁGRAFO QUINTO - Compete ao Diretor de Operações/Supply Chain: a) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de gestão da cadeia de suprimentos da Companhia; b) supervisionar as operações logísticas da Companhia, de forma a assegurar o adequado abastecimento de lojas e o uso eficiente do capital de giro da Companhia; c) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de T.I. da Companhia, priorizando investimentos e iniciativas para a obtenção de novos diferenciais de negócio, alavancando a segurança, eficiência e produtividade das operações da Companhia; d) desenvolver, implementar e monitorar a estrutura de prevenção de perdas da Companhia.</p>	<p>PARÁGRAFO QUINTO QUARTO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Operações/Supply Chain—Transformação Digital: a) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de gestão da cadeia de suprimentos a transformação digital da Companhia; b)—supervisionar as operações logísticas da Companhia, de forma a assegurar o adequado abastecimento de lojas e o uso eficiente do capital de giro da Companhia; c) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de T.I. da Companhia, priorizando investimentos e iniciativas para a obtenção de novos diferenciais de negócio, alavancando a segurança, eficiência e produtividade das operações da Companhia; d) desenvolver, implementar e monitorar a estrutura de prevenção de perdas da Companhia.</p>	<p>Dar nova nomenclatura ao cargo de Diretor de Operações/Supply Chain e ajustar as competências.</p>

<p>PARAGRAFO SEXTO - Compete ao Diretor de Operações de Varejo: a) desenvolver, implementar e monitorar estratégias que contribuam para a melhoria da operação de loja e para elevar a competitividade da Companhia; b) promover e monitorar o crescimento das vendas e dos resultados, loja a loja; c) liderar, supervisionar e monitorar a operação de loja; d) monitorar o mercado de drogarias nos diferentes estados e regiões; e) supervisionar e contribuir para o desenvolvimento e para a formação de gerentes regionais.</p>	<p>PARAGRAFO SEXTO QUINTO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente Diretor de Operações de Varejo de loja, Multicanal e Expansão: a) desenvolver, implementar e monitorar estratégias que contribuam para a melhoria da operação de loja e para elevar a competitividade da Companhia; b) promover e monitorar o crescimento das vendas e dos resultados, loja a loja; c) liderar, supervisionar e monitorar a operação de loja; d) monitorar o mercado de drogarias nos diferentes estados e regiões; e) supervisionar e contribuir para o desenvolvimento e para a formação de gerentes regionais; f) desenvolver políticas e estratégias de expansão nos mercados atuais e novos mercados; g) definir a localização e organizar a estratégia de captação de forma a atingir os objetivos de desenvolvimento e expansão propostos pela Companhia; h) negociar os contratos referentes à implantação de novas lojas; e i) supervisionar os procedimentos necessários à implementação das novas lojas.</p>	<p>Dar nova nomenclatura ao cargo de Diretor de Operações de Varejo e ajustar as competências.</p>
<p>PARAGRAFO SÉTIMO - Compete ao Diretor de Recursos Humanos: a) desenvolver as estratégias para atrair, reter e remunerar talentos da Companhia; b) zelar pela preservação e evolução da cultura organizacional da Companhia e gerenciar a comunicação interna da Companhia; c) planejar e assegurar a disponibilização do</p>	<p>PARAGRAFO SÉTIMO SEXTO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Recursos Humanos Gente, Cultura e Sustentabilidade: a) desenvolver as estratégias para atrair, reter e remunerar talentos da Companhia; b) zelar pela preservação e evolução da cultura organizacional da Companhia e gerenciar a comunicação interna da Companhia; c) planejar e assegurar a disponibilização do</p>	<p>Dar nova nomenclatura ao cargo de Diretor de Recursos Humanos.</p>

<p>quadro de funcionários na quantidade e com a qualificação necessária para atender a qualidade da operação da Companhia e permitir seu crescimento; d) gerenciar as despesas de pessoal da Companhia; e) administrar e supervisionar os processos e atividades de formação e administração de pessoal; f) assegurar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia.</p>	<p>quadro de funcionários na quantidade e com a qualificação necessária para atender a qualidade da operação da Companhia e permitir seu crescimento; d) gerenciar as despesas de pessoal da Companhia; e) administrar e supervisionar os processos e atividades de formação e administração de pessoal; f) assegurar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia.</p>	
<p>PARAGRAFO OITAVO - Compete ao Diretor de Expansão: a) desenvolver políticas e estratégias de expansão nos mercados atuais e novos mercados; b) definir a localização e organizar a estratégia de captação de forma a atingir os objetivos de desenvolvimento e expansão propostos pela Companhia; c) negociar os contratos referentes à implantação de novas lojas; e d) supervisionar os procedimentos necessários à implementação das novas lojas.</p>	<p>PARAGRAFO OITAVO SÉTIMO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Expansão Negócios de Saúde: a) desenvolver políticas e estratégias de expansão nos mercados atuais e novos mercados; b) definir a localização e organizar a estratégia de captação de forma a atingir os objetivos de desenvolvimento e expansão propostos pela Companhia as estratégias dos negócios de saúde; eb) negociar os contratos referentes à implantação de novas lojas; e d) supervisionar os procedimentos necessários à implementação das novas lojas; desenvolver, implementar e monitorar os meios de atuação da Companhia na área de saúde e novos mercados.</p>	<p>Dar nova nomenclatura ao cargo de Diretor de Expansão e ajustar as competências.</p>
<p>PARAGRAFO NONO - Compete ao Diretor de Planejamento Corporativo: a) liderar o planejamento estratégico da Companhia e</p>	<p>PARAGRAFO NONO OITAVO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Planejamento Corporativo, Relações com Investidores e M&A: a)</p>	<p>Dar nova nomenclatura ao cargo de Diretor de Planejamento Corporativo e ajustar as competências, incluindo as funções de Diretor de Relações com Investidores.</p>

<p>monitorar a sua implementação; b) coordenar o desenvolvimento do orçamento, a sua aprovação junto ao Conselho de Administração e monitorar a sua execução; c) desenvolver e revisar projeções econômicas e financeiras de curto, médio e longo prazo; d) reportar o desempenho financeiro mensal, trimestral e anual da Companhia ao Conselho de Administração; e) liderar a execução de transações relacionadas a fusões e aquisições; f) zelar pela boa utilização dos recursos financeiros e pela obtenção de um adequado retorno sobre o capital investido; e—g) representar a Companhia perante associações e outros <i>stakeholders</i> nos mercados farmacêutico, de varejo e de higiene e beleza.</p>	<p>liderar o planejamento estratégico da Companhia e monitorar a sua implementação; b) coordenar o desenvolvimento do orçamento, a sua aprovação junto ao Conselho de Administração e monitorar a sua execução; c) desenvolver e revisar projeções econômicas e financeiras de curto, médio e longo prazo; d) reportar o desempenho financeiro mensal, trimestral e anual da Companhia ao Conselho de Administração; e) liderar a execução de transações relacionadas a fusões e aquisições; e) zelar pela boa utilização dos recursos financeiros e pela obtenção de um adequado retorno sobre o capital investido; e—f) representar a Companhia perante associações e outros <i>stakeholders</i> nos mercados farmacêutico, de varejo e de higiene e beleza; g) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; h) divulgar a Companhia e seus títulos e valores mobiliários junto a analistas financeiros, acionistas, debenturistas e potenciais investidores, no Brasil e no exterior; i) prestar informações ao mercado financeiro, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de <i>rating</i> quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; j) manter atualizados os registros da Companhia perante à CVM; k) liderar a emissão pública de novos títulos e valores mobiliários pela Companhia</p>	
--	--	--

	junto aos mercados de capitais no Brasil e no exterior, conforme aplicável; e l) coordenar a recompra ou resgate de títulos mobiliários de emissão da própria Companhia sempre que aprovado pelo Conselho de Administração; m) coordenar as iniciativas de potenciais parcerias, aquisições ou empreendimentos conjuntos.	
PARAGRAFO DEZ - Compete aos Diretores assistir e auxiliar o Diretor-Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhe tenham sido atribuídas neste Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração.	PARAGRAFO DEZ NONO - Compete aos Diretores assistir e auxiliar o(a) Diretor(a)-Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhe tenham sido atribuídas neste Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração.	Inclusão do gênero feminino.
<p>ARTIGO 12 - A Diretoria reunir-se-á mensalmente ou sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer Diretor.</p> <p>PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões ordinárias da Diretoria serão realizadas mensalmente. As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer Diretor(a), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, através de carta com aviso de recebimento, fax ou mensagem eletrônica correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido, devendo constar do</p>	<p>ARTIGO 12 - A Diretoria reunir-se-á mensalmente ou sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer Diretor.</p> <p>PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões ordinárias da Diretoria serão realizadas mensalmente. As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer Diretor(a), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, através de carta com aviso de recebimento, fax ou mensagem eletrônica correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido, devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos da ordem do dia.</p>	Inclusão do gênero feminino e atualização dos meios de convocação das reuniões da Diretoria

aviso de convocação a data, o horário e os assuntos da ordem do dia.		
PARÁGRAFO SEGUNDO - As reuniões da Diretoria serão dirigidas pelo Diretor-Presidente ou, na ausência deste, por um Diretor por ele indicado, e secretariadas por qualquer outro Diretor. Caso, por qualquer razão, o Diretor-Presidente não indique seu substituto para a direção da reunião da Diretoria em questão, o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro e Administrativo.	PARÁGRAFO SEGUNDO - As reuniões da Diretoria serão dirigidas pelo(a) Diretor(a)-Presidente ou, na ausência deste, por um(a) Diretor(a) Vice Presidente Diretor por ele indicado, e secretariadas por qualquer outro(a) Diretor(a) Vice Presidente Diretor . Caso, por qualquer razão, o Diretor(a)-Presidente não indique seu substituto para a direção da reunião da Diretoria em questão, o(a) Diretor(a)-Presidente será substituído pelo(a) Diretor(a) Financeiro e Administrativo.	Inclusão do gênero feminino.
PARÁGRAFO TERCEIRO - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Caberá ao Diretor-Presidente o voto de qualidade em caso de empate. Caso o Diretor-Presidente, seja voto vencido, a matéria será submetida ao Conselho de Administração.	PARÁGRAFO TERCEIRO - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Caberá ao(a) Diretor(a)-Presidente o voto de qualidade em caso de empate. Caso o(a) Diretor(a)-Presidente, seja voto vencido, a matéria será submetida ao Conselho de Administração.	Inclusão do gênero feminino.
ARTIGO 14 - A Companhia obrigar-se-á: a) pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores; b) pela assinatura conjunta de um Diretor e um procurador, legalmente constituído em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento	ARTIGO 14 - A Companhia obrigar-se-á: a) pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores Vice Presidentes; b) pela assinatura conjunta de um(a) Diretor(a) Vice Presidente e um(a) procurador(a), legalmente constituído em nome da Companhia, quando assim for designado no	Inclusão de nova forma de representação da Companhia, de sorte a facilitar a administração ordinária dos seus negócios, inclusão do gênero feminino e adequação da nomenclatura dada aos cargos dos Diretores.

<p>de mandato e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; ou c) pela assinatura individual de qualquer Diretor ou de um procurador, desde que assim estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos específicos poderes nele contidos, ficando ressalvado, entretanto, que a representação individual da Companhia, nessas condições, se restringirá à prática de atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, instituições financeiras, correios, companhias telefônicas e empresas de transporte em geral; atos como preposto na Justiça do Trabalho; emissão de duplicatas, endosso de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, exclusivamente para cobrança ou desconto bancário e consecutivo depósito em conta corrente da Companhia. Os procuradores “<i>ad judícia</i>” também poderão representar a Companhia individualmente.</p>	<p>respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; c) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, legalmente constituídos em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; ou c) pela assinatura individual de qualquer Diretor(a) Vice Presidente ou de um procurador(a), desde que assim estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos específicos poderes nele contidos, ficando ressalvado, entretanto, que a representação individual da Companhia, nessas condições, se restringirá à prática de atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, instituições financeiras, correios, companhias telefônicas e empresas de transporte em geral; atos como preposto na Justiça do Trabalho; emissão de duplicatas, endosso de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, exclusivamente para cobrança ou desconto bancário e consecutivo depósito em conta corrente da Companhia. Os procuradores “<i>ad judícia</i>” também poderão representar a Companhia individualmente.</p>	
CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL		

<p>ARTIGO 16 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo acionista ou administrador da Companhia indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia.</p>	<p>ARTIGO 16 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo (a) Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo acionista ou administrador da Companhia indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia.</p>	<p>Inclusão do gênero feminino.</p>
<p>ARTIGO 18 - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; d) reformar o Estatuto Social; e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia; 	<p>ARTIGO 18 - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; d) reformar o Estatuto Social; e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia; 	<p>Correção da numeração das alíneas.</p>

<p>f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;</p> <p>g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia;</p> <p>h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;</p> <p>i) deliberar sobre o aumento do capital social, fora do limite do capital autorizado, ou redução do capital social, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;</p> <p>j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;</p> <p>k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;</p> <p>m) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;</p>	<p>f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;</p> <p>g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia;</p> <p>h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;</p> <p>i) deliberar sobre o aumento do capital social, fora do limite do capital autorizado, ou redução do capital social, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;</p> <p>j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;</p> <p>k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;</p> <p>m) l) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e</p> <p>k) m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.</p>	
---	--	--

e		
n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.		

ANEXO VI

Estatuto Social Consolidado

- **Cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas**

ESTATUTO SOCIAL DA RAIA DROGASIL S.A.

(alterado e consolidado através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2020)

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO

ARTIGO 1º - A Companhia denomina-se **RAIA DROGASIL S.A.** (“Companhia”), tem sua sede e foro na Capital do Estado de São Paulo e reger-se-á por este Estatuto Social, pela Lei n. 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar, transferir e extinguir filiais, escritórios, depósitos, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior. ~~observada a prévia deliberação do Conselho de Administração em relação à abertura de Centros de Distribuição.~~

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado (“Novo Mercado”) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se, a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

ARTIGO 2º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto: **a)** o comércio, a fabricação, a importação e a exportação de medicamentos alopáticos e homeopáticos, insumos e artigos farmacêuticos, produtos correlatos, produtos químicos e dietéticos, perfumes e essências, cosméticos, produtos de higiene e toucador, saneantes domissanitários, nutrimentos e aparelhos acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética e produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; **b)** a prestação de serviços peculiares ao comércio varejista, tais como serviço de entregas domiciliares de produtos comercializados ou não pela Companhia, gerenciamento de informações cadastrais e armazenamento de dados sobre vendas de produtos e serviços, realizados através de convênios, gerenciamento e participação de programas de benefício de medicamentos (“PBM”) no setor privado e público, prestação de serviços comunitários, tais como recebimento de contas de água, luz, telefone, energia elétrica, de impostos e taxas em geral, pagamentos e recebimentos em geral, bem como venda de ingressos para teatro, shows, e outros espetáculos, inclusive esportivos, entre outros, serviço de revelação de fotografias e outros afetos ao seu objeto social; **c)** loja de conveniência e “drugstore”, destinadas ao comércio, mediante autosserviço ou não, de diversas mercadorias com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre os quais o comércio de alimentos em geral e correlatos; **d)** comercialização de produtos oftalmológicos e de artigos de ótica, cine, foto e som, eletrodomésticos, fitas, discos, livros, jornais, revistas e impressos em geral, cartões telefônicos e serviços relativos ao objeto social; **e)** a publicação e distribuição gratuita/e ou onerosa de jornais, revistas e periódicos; **f)** a manipulação de fórmulas de medicamentos, cosméticos e produtos afins,

restrita esta atividade às filiais expressamente indicadas como “Farmácia de Manipulação”; **g)** importação e exportação de qualquer produto afim com seu objeto social; **h)** o transporte de mercadorias; **i)** a promoção e a participação em empreendimentos imobiliários; **j)** o comércio, a importação e a exportação de artigos, máquinas, e equipamentos afins com seu objetivo social; ~~**k)**~~ a participação em outras sociedades; **l)** inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio; **m)** a prestação de serviços de vacinação e imunização humana; e **n)** atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente .

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 4º - O capital social da Companhia é de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 330.386.000 (trezentos e trinta milhões, trezentas e oitenta e seis mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e/ou partes beneficiárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as ações da Companhia têm a forma escritural, sendo mantidas em conta de depósito junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

PARÁGRAFO QUARTO - Poderá a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência em tesouraria, observadas as normas expedidas pela CVM.

PARÁGRAFO QUINTO - A Companhia poderá aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, até o limite de 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, o qual é competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

PARÁGRAFO SEXTO - O Conselho de Administração poderá, no limite do capital autorizado estabelecido no parágrafo quinto deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Pode ser reduzido ou excluído o direito de preferência, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 5º - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das S.A. e neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A investidura dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria em seus cargos dar-se-á mediante a assinatura de termo de posse nos Livros de Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, conforme o caso, dispensada qualquer garantia de gestão, e fica condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor(a)-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

PARÁGRAFO QUARTO - A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

PARÁGRAFO QUINTO - Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, qualquer dos órgãos de administração reunir-se-á validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e deliberará pelo voto da maioria dos presentes.

PARÁGRAFO SEXTO - É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO - São considerados presentes os membros que manifestarem seu voto (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; ou (ii) por voto escrito antecipado; ou, ainda, (iii) no caso de membro do Conselho de Administração, por qualquer das formas admitidas no artigo 7º, parágrafo 2º deste Estatuto Social.

SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 6º - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e igual número de membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Conselheiro eleito mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das S.A. será considerado independente, na hipótese de haver acionista controlador.

PARÁGRAFO QUARTO - O membro do Conselho de Administração não pode ter acesso a informações ou participar de deliberações do Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

PARÁGRAFO QUINTO - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que: (a) ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente; e/ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com os da Companhia.

PARÁGRAFO SEXTO - Os membros efetivos e respectivos suplentes serão empossados no mesmo ato e os suplentes, nas ausências ou impedimentos temporários dos membros efetivos, os substituirão, observadas as disposições deste Estatuto Social.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O (A) Presidente do Conselho de Administração será indicado(a) pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO OITAVO - Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para a eleição do seu substituto, a ser realizada em até 30 (trinta) dias contados da data da referida vacância.

PARÁGRAFO NONO - Vagando por qualquer motivo os demais cargos de membro efetivo do Conselho, o suplente imediatamente assumirá a vaga, completando o prazo do mandato do substituído. Se a vacância abranger, ao mesmo tempo, os cargos de membro efetivo e seu suplente, o(a) Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral para realizar a eleição dos novos membros.

ARTIGO 7º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) Presidente ou, na sua ausência, por quaisquer dois membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de carta com aviso de recebimento, ~~fax-ou~~ correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido, devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos a serem tratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo(a) Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado(a) pela maioria dos demais membros presentes, e secretariadas por um Conselheiro(a) indicado pelo(a) presidente da reunião em questão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos Conselheiros por quaisquer desses meios será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os Conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão expressar seu voto por meio de carta, ~~fax-ou~~ correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os Diretores poderão ser convocados para prestar esclarecimentos nas reuniões do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO QUARTO - Cada Conselheiro(a) tem direito a um voto nas reuniões do Conselho de Administração. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, assinadas por todos os membros presentes e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, devem ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas.

ARTIGO 8º - Ao Conselho de Administração compete:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando inclusive, mas sem limitação, novos investimentos, observado o item “o)” deste artigo, e/ou financiamentos e/ou desinvestimentos,

assim como planos de negócios de longo prazo e suas alterações;

b) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como a respeito de qualquer outro ato que tenha sido praticado, ou esteja para ser praticado, pelos Diretores;

c) manifestar-se por escrito sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

d) autorizar a aquisição, a alienação, a oneração ou o arrendamento de (i) bens imóveis **que representem 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ou mais do Patrimônio Líquido da**, ~~bem como a abertura de quaisquer Centros de Distribuição e~~ Companhia; e (ii) participações societárias;

e) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral, bem como emitir parecer sobre propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;

f) escolher, fiscalizar e destituir os auditores independentes ~~e demais assessores~~ da Companhia;

g) aumentar o capital social, bem como a emissão de ações da Companhia, sem aprovação em Assembleia Geral, nos limites autorizados no parágrafo 5º do artigo 4º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização;

~~h) autorizar a Diretoria a representar a Companhia em sociedades coligadas ou controladas;~~

h) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e poderes de representação da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social;

i) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração dos administradores, de acordo com a remuneração global fixada pela Assembleia Geral;

~~k) escolher o(a) Diretor(a) que acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores;~~

j) aprovar o Orçamento Anual;

k) convocar Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária;

l) autorizar qualquer tipo de garantia, aval ou fiança por parte da Companhia, em favor de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, fianças outorgadas a sociedades coligadas e controladas, bem como a concessão de garantias reais e/ou fidejussórias, **com valor agregado igual ou superior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia;**

m) aprovar transações de compra, venda, oneração ou arrendamento, individuais ou vinculadas entre si, que resultem em obrigações para a Companhia, que comprometam os seus ativos ou que exonerem terceiros de responsabilidades para com ela em montante igual ou superior a (i) 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido para conjunto de ativos permanentes e intangíveis salvo o disposto no item d) acima e no item (ii) a seguir e na celebração de contratos em geral, salvo para a aquisição de mercadorias de revenda, considerada toda a sua vigência; ou (ii) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido para fundos de comércio relativos a pontos comerciais. O Patrimônio Líquido será tomado com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;

n) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias comerciais

na forma da legislação em vigor;

- ~~o)~~ o) aprovar operações que representem, individual ou conjuntamente, um endividamento total igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia ou determine índice de liquidez corrente inferior a 1 (um);
- ~~p)~~ p) deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- ~~q)~~ q) declarar dividendos intermediários e intercalares;
- ~~r)~~ r) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral;
- ~~s)~~ s) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social;
- ~~t)~~ t) apresentar à Assembleia Geral proposta de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou qualquer outra espécie de reorganização societária, bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia;
- ~~u)~~ u) deliberar, *ad referendum* da Assembleia Geral, proposta de participação nos lucros para os administradores da Companhia;
- ~~v)~~ v) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;
- ~~w)~~ w) aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores, inclusive com ações da Companhia e suas controladas;
- ~~x)~~ x) aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas;
- ~~y)~~ y) deliberar sobre proposta de grupamento, desdobramento e bonificação de ações a ser submetida à Assembleia Geral;
- ~~z)~~ z) definir e alterar qualquer das políticas de capitalização, endividamento, risco, distribuição de lucros e investimento da Companhia e de suas controladas;
- ~~aa)~~ aa) deliberar sobre a determinação do voto a ser proferido pela Companhia, seus representantes e administradores indicados pela Companhia na assembleia geral ou na reunião do conselho de administração, conforme o caso, de qualquer controlada com relação ~~a qualquer matéria de competência da assembleia geral e~~ às matérias listadas nos itens d), g), ~~m), e m), pn), rp), tr), vt), zx), aay) e bbz)~~ deste artigo. ~~Com relação ao item r), somente será aplicável o disposto aqui se envolver valor agregado igual ou superior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia;~~
- ~~bb)~~ bb) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta

pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta disponíveis no Mercado; e outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

cc) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e dos Comitês e as suas respectivas alterações;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os fins deste artigo 8º, “Patrimônio Líquido” significa o patrimônio líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP ou Formulário de Informações Trimestrais – ITR, o que for mais recente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Conselho de Administração poderá instituir Comitês, integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros do Conselho de Administração, os Diretores e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia, para assessorá-lo no desempenho de suas atividades. O escopo, composição e funcionamento de cada Comitê serão definidos pelo Conselho de Administração na deliberação que aprovar sua criação.

ARTIGO 9º - Ao Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, o conselheiro que o substituir nos termos deste Estatuto Social, compete: **a)** convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e as Assembleias Gerais da Companhia; **b)** elaborar a ordem do dia das reuniões do Conselho de Administração; **c)** presidir os Comitês que vierem a ser instalados na forma do parágrafo segundo do artigo 8º ou indicar seu presidente; e **d)** convocar os Diretores e os auditores independentes para participar das reuniões do Conselho de Administração, sempre que julgar necessário.

SEÇÃO II - DIRETORIA

ARTIGO 10 - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, ~~8~~ **11** ~~(oito)~~ **(onze)** ~~Diretores membros~~, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sendo um(a) Diretor(a)-Presidente, um(a) Diretor(a) ~~Comercial, de Vendas e Marketing~~ **Vice Presidente Comercial e Marketing**, um(a) Diretor(a) ~~de Operações/Supply Chain~~ **Vice Presidente de Transformação Digital**, um(a) Diretor(a) **Vice Presidente** Financeiro e Administrativo, um(a) Diretor(a) ~~de Operações de~~ **Vice Presidente Varejo de Operações de Loja, Multicanal e Expansão**, um(a) Diretor(a) ~~de Recursos~~ **Vice Presidente Humanos** de Gente, Cultura e Sustentabilidade, um(a) Diretor(a) ~~de Vice Presidente Expansão de Negócios de Saúde~~ e um(a) Diretor(a) ~~de Planejamento Corporativo~~ **Vice Presidente Planejamento Corporativo, RI e M&A** e mais 3 (três) diretores sem designação específica. ~~Os Diretores podem acumular cargos. O cargo de Diretor de Relações com Investidores (R.I.) será atribuído a qualquer dos Diretores, conforme deliberação do Conselho de Administração.~~

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de impedimento temporário do(a) Diretor(a)-Presidente por período superior a 30 (trinta) dias, ou caso ocorra a vacância do cargo, o Conselho de Administração poderá indicar um(a) Diretor(a)-Presidente substituto dentre os Diretores ou membros do Conselho, que

exercerá provisoriamente o mandato até que ocorra o retorno do titular ou a nomeação definitiva de um(a) novo Diretor(a)-Presidente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de impedimento temporário de um(a) Diretor(a) Vice Presidente por período superior a 30 (trinta) dias ou no caso de vacância do cargo, o(a) Diretor(a)-Presidente poderá, a seu exclusivo critério, acumular ele mesmo a função ou nomear um substituto dentre os demais Diretores para que a acumule em caráter provisório até que ocorra o retorno do titular ou a nomeação definitiva de um(a) novo(a) Diretor(a) Vice Presidente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para os fins do disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, a morte, a renúncia, o impedimento comprovado, a invalidez ou a ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso o Conselho de Administração eleja algum dos diretores sem designação específica, conforme caput deste artigo, deverá, no mesmo ato da eleição, definir a nomenclatura do cargo e as suas competências.

ARTIGO 11 - Compete à Diretoria: **a)** coordenar e gerir os negócios sociais; **b)** observar e fazer cumprir o disposto na Lei das S.A., no Regulamento do Novo Mercado e neste Estatuto Social; **c)** organizar e apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração, a serem acompanhados do parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e do parecer dos auditores independentes; **d)** abrir, fechar e movimentar contas bancárias; **e)** propor a aquisição, a alienação, a transferência, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis; **f)** transigir, ceder ou renunciar a direitos que não sejam relativos a bens imóveis da Companhia; **g)** nomear procuradores em nome da Companhia; **h)** adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da Companhia, nos limites deste Estatuto Social; **i)** autorizar e realizar operações, celebrar contratos, que obriguem, onerem ou responsabilizem a Companhia nos limites deste Estatuto Social; **j)** decidir sobre a abertura, fechamento ou mudança de filiais, depósitos, centros de distribuição, sucursais, escritórios ou representações no país ou exterior em reunião de Diretoria, ~~previamente ouvido o Comitê de Expansão, quando e se instalado e observada a prévia autorização do Conselho de Administração em relação a Centros de Distribuição;~~ **l)** decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como divergência entre seus membros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sem prejuízo das competências gerais da Diretoria, compete ao(a) Diretor(a)-Presidente: **a)** estabelecer o modelo de gestão da Companhia e fazê-lo cumprir; **b)** dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração; **c)** dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; **d)** nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia; **e)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria; **f)** representar institucionalmente a Companhia; e **g)** participar ou designar preposto, como membro efetivo e/ou indicar outros diretores para participarem dos Comitês que vierem a ser instalados na forma do parágrafo segundo do artigo 8º.

~~**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Compete ao Diretor ao qual for atribuído o cargo de Diretor de Relações com Investidores: a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; b) divulgar a Companhia e seus títulos e valores mobiliários junto a analistas financeiros, acionistas, debenturistas e potenciais investidores, no Brasil e no exterior; c)~~

~~prestar informações ao mercado financeiro, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; d) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM; e) liderar a emissão pública de novos títulos e valores mobiliários pela Companhia junto aos mercados de capitais no Brasil e no exterior, conforme aplicável; e f) coordenar a recompra ou resgate de títulos mobiliários de emissão da própria Companhia sempre que aprovado pelo Conselho de Administração.~~

PARÁGRAFO TERCEIRO SEGUNDO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente Financeiro e Administrativo: **a)** disponibilizar uma estrutura de capital em linha com a estratégia e com as necessidades da Companhia; **b)** gerenciar o fluxo de caixa, obter fontes de financiamento e representar a Companhia junto a instituições financeiras; **c)** preparar os demonstrativos contábeis da Companhia, assegurando a correta contabilização das transações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações fiscais; **d)** zelar pelos imóveis de propriedade da Companhia ou por ela locados, administrando os contratos de locação, contratando apólices de seguros conforme a política de gestão de riscos da Companhia, garantindo a sua tempestiva manutenção e preservando a segurança patrimonial; e **e)** negociar a aquisição de ativos, insumos e serviços não mercantis, salvo a contratação de novos pontos comerciais, de valor relevante.

PARÁGRAFO QUARTO TERCEIRO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente Comercial, ~~de Vendas~~ e Marketing: **a)** desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de compras e gerenciar o relacionamento com os fornecedores da Companhia; **b)** acompanhar o desempenho e a rentabilidade por fornecedor e liderar negociações para a maximização do lucro bruto da Companhia e para a viabilização de ações conjuntas de *merchandising*; **c)** desenvolver, implementar e monitorar estratégias de gestão das vendas, loja a loja, visando maximizar o Lucro Bruto da Companhia; **d)** gerenciar as iniciativas de marketing e promoção da Companhia; **e)** definir, implementar e gerenciar as estratégias por categorias de produto; **f)** definir, implementar e gerenciar as estratégias de relacionamento para os clientes cadastrados no programa de fidelidade da Companhia.

PARÁGRAFO QUINTO QUARTO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Operações/Supply Chain Transformação Digital: **a)** desenvolver, implementar e monitorar ~~a estratégia de gestão da cadeia de suprimentos a transformação digital~~ da Companhia; **b)** ~~supervisionar as operações logísticas da Companhia, de forma a assegurar o adequado abastecimento de lojas e o uso eficiente do capital de giro da Companhia;~~ **c)** desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de T.I. da Companhia, priorizando investimentos e iniciativas para a obtenção de novos diferenciais de negócio, alavancando a segurança, eficiência e produtividade das operações da Companhia; ~~d) desenvolver, implementar e monitorar a estrutura de prevenção de perdas da Companhia.~~

PARAGRAFO SEXTO QUINTO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Operações ~~de Varejo de loja, Multicanal e Expansão~~: **a)** desenvolver, implementar e monitorar estratégias que contribuam para a melhoria da operação de loja e para elevar a competitividade da Companhia; **b)** promover e monitorar o crescimento das vendas e dos resultados, loja a loja; **c)** liderar, supervisionar e monitorar a operação de loja; **d)** monitorar o mercado de drogarias nos diferentes estados e regiões; **e)** supervisionar e contribuir para o desenvolvimento e para a formação de gerentes regionais; ~~f) desenvolver políticas e estratégias de expansão nos mercados atuais e novos mercados;~~ **g)** definir a localização e organizar a estratégia de captação de forma a atingir os objetivos de desenvolvimento e expansão propostos pela

Companhia; **h)** negociar os contratos referentes à implantação de novas lojas; e **i)** supervisionar os procedimentos necessários à implementação das novas lojas.

PARAGRAFO SÉTIMO SEXTO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Recursos Humanos Gente, Cultura e Sustentabilidade: **a)** desenvolver as estratégias para atrair, reter e remunerar talentos da Companhia; **b)** zelar pela preservação e evolução da cultura organizacional da Companhia e gerenciar a comunicação interna da Companhia; **c)** planejar e assegurar a disponibilização do quadro de funcionários na quantidade e com a qualificação necessária para atender a qualidade da operação da Companhia e permitir seu crescimento; **d)** gerenciar as despesas de pessoal da Companhia; **e)** administrar e supervisionar os processos e atividades de formação e administração de pessoal; **f)** assegurar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia.

PARAGRAFO OITAVO SÉTIMO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Expansão Negócios de Saúde: ~~a) desenvolver políticas e estratégias de expansão nos mercados atuais e novos mercados; b a) definir a localização e organizar a estratégia de captação de forma a atingir os objetivos de desenvolvimento e expansão propostas pela Companhia~~ as estratégias dos negócios de saúde; ~~c b) negociar os contratos referentes à implantação de novas lojas; e d) supervisionar os procedimentos necessários à implementação das novas lojas;~~ desenvolver, implementar e monitorar os meios de atuação da Companhia na área de saúde e novos mercados.

PARAGRAFO NONO OITAVO - Compete ao(a) Diretor(a) Vice Presidente de Planejamento Corporativo, Relações com Investidores e M&A: **a)** liderar o planejamento estratégico da Companhia e monitorar a sua implementação; **b)** coordenar o desenvolvimento do orçamento, a sua aprovação junto ao Conselho de Administração e monitorar a sua execução; **c)** desenvolver e revisar projeções econômicas e financeiras de curto, médio e longo prazo; **d)** reportar o desempenho financeiro mensal, trimestral e anual da Companhia ao Conselho de Administração; ~~e) liderar a execução de transações relacionadas a fusões e aquisições;~~ ~~e) f)~~ zelar pela boa utilização dos recursos financeiros e pela obtenção de um adequado retorno sobre o capital investido; ~~f) g)~~ representar a Companhia perante associações e outros stakeholders nos mercados farmacêutico, de varejo e de higiene e beleza; **h)** representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; **i)** divulgar a Companhia e seus títulos e valores mobiliários junto a analistas financeiros, acionistas, debenturistas e potenciais investidores, no Brasil e no exterior; **j)** prestar informações ao mercado financeiro, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de *rating* quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; **k)** manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM; **l)** liderar a emissão pública de novos títulos e valores mobiliários pela Companhia junto aos mercados de capitais no Brasil e no exterior, conforme aplicável; e **m)** coordenar a recompra ou resgate de títulos mobiliários de emissão da própria Companhia sempre que aprovado pelo Conselho de Administração; **n)** coordenar as iniciativas de potenciais parcerias, aquisições ou empreendimentos conjuntos.

PARAGRAFO DEZ NONO - Compete aos Diretores assistir e auxiliar o(a) Diretor(a)-Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhe tenham sido atribuídas neste Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 12 - A Diretoria reunir-se-á mensalmente ou sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer Diretor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões ordinárias da Diretoria serão realizadas mensalmente. As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer Diretor(a), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, através de carta com aviso de recebimento, ~~fax ou mensagem eletrônica~~ **correio eletrônico ou qualquer outro meio digital ou virtual válido**, devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos da ordem do dia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As reuniões da Diretoria serão dirigidas pelo(a) Diretor(a)-Presidente ou, na ausência deste, por um(a) Diretor(a) **Vice Presidente** por ele indicado, e secretariadas por qualquer outro(a) Diretor **Vice Presidente**. Caso, por qualquer razão, o Diretor(a)-Presidente não indique seu substituto para a direção da reunião da Diretoria em questão, o(a) Diretor(a)-Presidente será substituído pelo(a) Diretor(a) Financeiro e Administrativo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Caberá ao(a) Diretor(a)-Presidente o voto de qualidade em caso de empate. Caso o(a) Diretor(a)-Presidente, seja voto vencido, a matéria será submetida ao Conselho de Administração.

PARÁGRAFO QUARTO - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os Diretores presentes.

ARTIGO 13 - A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Companhia e que não forem de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observadas as disposições deste Estatuto Social.

ARTIGO 14 - A Companhia obrigar-se-á: **a)** pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores **Vice Presidentes**; **b)** pela assinatura conjunta de um(a) Diretor(a) **Vice Presidente** e um(a) procurador(a), legalmente constituído em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; **c)** pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, legalmente constituídos em nome da Companhia, quando assim for designado no respectivo instrumento e de acordo com a extensão de poderes que ali contiverem; ou **c)** pela assinatura individual de qualquer Diretor(a) **Vice Presidente** ou de um procurador(a), desde que assim estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos específicos poderes nele contidos, ficando ressalvado, entretanto, que a representação individual da Companhia, nessas condições, se restringirá à prática de atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, instituições financeiras, correios, companhias telefônicas e empresas de transporte em geral; atos como preposto na Justiça do Trabalho; emissão de duplicatas, endosso de duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito, exclusivamente para cobrança ou desconto bancário e consecutivo depósito em conta corrente da Companhia. Os procuradores “*ad judicia*” também poderão representar a Companhia individualmente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Com exceção das procurações outorgadas para advogados com poderes de representação da Companhia em quaisquer processos judiciais ou administrativos, todas as procurações outorgadas pela Companhia serão obrigatoriamente assinadas por 2 (dois) Diretores e terão prazo de validade determinado, não superior a 1 (um) ano, vedado o substabelecimento, sob pena de nulidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por administradores, procuradores ou empregados da Companhia que sejam estranhos ao

objeto social ou aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São da mesma forma proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por quaisquer dos administradores ou representantes da Companhia em desacordo com este Estatuto Social.

CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 15 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses que se seguirem ao término do exercício social, para deliberar matéria que lhe é atribuída por lei e, extraordinariamente, quando convocada pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto Social.

ARTIGO 16 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo (a) Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo acionista ou administrador da Companhia indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia.

ARTIGO 17 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das S.A. e observado o disposto no parágrafo onze do artigo 24 deste Estatuto Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A. e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Não obstante as obrigações contidas neste parágrafo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos, pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

ARTIGO 18 - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) reformar o Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a

Companhia;

- f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia;
- h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- i) deliberar sobre o aumento do capital social, fora do limite do capital autorizado, ou redução do capital social, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;
- j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;
- k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- ~~m)~~ l) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- ~~n)~~ m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou das Reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em tais acordos de acionistas.

CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 19 - O Conselho Fiscal da Companhia funciona de modo não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e é instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros titulares e suplentes de igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A posse dos membros do Conselho Fiscal nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Conselho Fiscal elege o seu Presidente na primeira reunião e funcionará de acordo com o Regimento Interno aprovado na primeira reunião do Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO QUARTO - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas sempre por maioria de votos dos presentes e lavradas em forma de ata no livro próprio, sendo assinadas por todos os presentes.

PARÁGRAFO QUINTO - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A.

PARÁGRAFO SEXTO - O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à de sua eleição.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

PARÁGRAFO OITAVO - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupa o seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral deve ser convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

PARÁGRAFO NONO - Não pode ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantenha vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia (“Concorrente”), estando vedada, dentre outras, a eleição de pessoa que: (i) seja empregada, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal da Concorrente ou de controlador ou controlada da Concorrente; e/ou (ii) seja cônjuge ou parente até segundo grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal da Concorrente ou de controlador ou controlada da Concorrente.

CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

ARTIGO 20 - O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem, após manifestação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, submetidas à Assembleia Geral, com a observância dos preceitos legais pertinentes.

ARTIGO 21 - Com as demonstrações financeiras do exercício, a administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das S.A., conforme o disposto no parágrafo primeiro deste artigo, ajustado para os fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., observada a seguinte ordem de dedução: **a)** 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório, que não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de S.A.; e **c)** importância equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Assembleia Geral poderá, observado o disposto no artigo 152 da Lei de S.A., atribuir aos administradores uma participação nos lucros, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social, nos casos, formas e limites legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O saldo remanescente dos lucros, se houver, deve ter a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deve ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a capitalização de Reservas de Lucros ou de Reservas de Capital, observada a legislação aplicável.

PARÁGRAFO QUARTO - Os dividendos declarados não rendem juros nem são corrigidos monetariamente e, se não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que sejam postos à disposição do acionista, prescrevem e serão revertidos em favor da Companhia.

ARTIGO 22 - Por proposta da Diretoria aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, pode a Companhia declarar, pagar ou creditar dividendos ou juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes, observada a legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para fins do previsto no *caput* deste artigo, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e, por deliberação do Conselho de Administração, poderá elaborar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados e de Reserva de Lucros então apurados ou dividendos intercalares, à conta dos lucros apurados no exercício, observadas as prescrições legais. As eventuais importâncias pagas como dividendos intercalares poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social, as eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social e, neste caso, os acionistas devem ser compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes tenha sido creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, após o crédito no decorrer do exercício social, deve se dar por deliberação do Conselho de Administração, no curso do mesmo exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

CAPÍTULO VII - ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

ARTIGO 23 - A alienação direta ou inteira de controle da Companhia, tanto por meio de uma operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações ("Oferta Pública") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando

as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

ARTIGO 24 - Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior) ou Grupo de Acionistas que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) ("Acionista Adquirente") deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição ("OPA") da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos deste artigo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo segundo deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia será definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com o disposto e seguindo os procedimentos previstos neste artigo, não podendo ser inferior ao equivalente a 100% (cem por cento) do maior dos seguintes valores: (i) média ponderada, por volume de negociações, dos 90 (noventa) últimos pregões antecedentes à data do evento de que trata o *caput* do presente artigo; (ii) valor da ação na última OPA realizada e efetivada nos 24 (vinte e quatro) meses antecedentes à data do evento de que trata o *caput* do presente artigo, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e (iii) valor econômico da Companhia, apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO QUARTO - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

- (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e, em segunda convocação, com acionistas que representem mais de 30% (trinta por cento) do capital da Companhia;
- (ii) a dispensa da realização da OPA será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e
- (iii) não serão computadas as ações detidas pelo Acionista Adquirente para fins do quórum de deliberação, conforme item (ii) acima.

PARÁGRAFO QUINTO - O Acionista Adquirente está obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM e da B3 relativas à OPA, dentro dos prazos máximos previstos na regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO SEXTO - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará a Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme o disposto no artigo 120 da Lei das S.A.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia; ou (ii) Derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo.

PARÁGRAFO OITAVO - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das S.A. e do artigo 25 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes deste artigo.

PARÁGRAFO NONO - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; ou (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

PARÁGRAFO DEZ - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social com o cancelamento de ações.

PARÁGRAFO ONZE - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia de que trata o parágrafo nono acima é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação manifestados na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. Esta Assembleia Geral, se instalada em primeira convocação, deve contar com acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, pode contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

PARÁGRAFO DOZE - O disposto neste artigo 24 não se aplica aos atuais acionistas ou Grupo de Acionistas (considerados individualmente ou em conjunto) que já sejam titulares de quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia em 10 de novembro de 2011 e seus sucessores.

PARÁGRAFO TREZE - Os laudos de avaliação de que trata este Estatuto Social devem ser elaborados por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e que seja independente da Companhia, de seus administradores e/ou controladores, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º.

PARÁGRAFO QUATROZE - Os custos de elaboração do laudo de avaliação devem ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da Oferta Pública.

PARÁGRAFO QUINZE - Para os fins do disposto neste artigo, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior) ou Grupo de Acionistas.

“Derivativos” significa quaisquer derivativos liquidáveis em ações de emissão da Companhia e/ou mediante pagamento em moeda corrente, negociados em bolsa, mercado organizado ou privadamente, que sejam referenciados em ações ou qualquer outro valor mobiliário de emissão da Companhia.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, “trusts”, condomínios, cooperativas, consórcios, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (y) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

“Outros Direitos de Natureza Societária” significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de

forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, observado o disposto neste artigo.

ARTIGO 25 - A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) de descumprimento de obrigações contidas no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro da CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida por oferta pública de ações da Companhia, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A oferta pública de ações mencionada no parágrafo anterior poderá ser dispensada por Assembleia Geral instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação ou, em segunda convocação, com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações em circulação. A deliberação deverá ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes à Assembleia Geral.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de ações com as mesmas características da oferta em caso de saída voluntária do Novo Mercado, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 26 - Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes dessa reorganização devem pleitear o ingresso no segmento de listagem do Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação presentes na Assembleia Geral deve dar anuência a essa estrutura.

ARTIGO 27 - É facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta pública e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

ARTIGO 28 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da Oferta Pública prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM podem assegurar a sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela própria Companhia, desde que não haja prejuízo para os destinatários da Oferta Pública e que seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. A Companhia ou o acionista,

conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a Oferta Pública até que seja concluída, com a observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII - DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 29 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

PARÁGRAFO ÚNICO - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 29 acima.

CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 30 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e eleger o(s) liquidante(s) e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO X - OUTRAS DISPOSIÇÕES

ARTIGO 31 - Os casos omissos neste Estatuto Social devem ser resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. e demais disposições aplicáveis, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 32 - A Companhia indenizará e manterá indenies seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), custeando diretamente ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal à luz do preceito constitucional da presunção da inocência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Este direito à assunção ou reembolso das despesas pela Companhia não inclui eventuais multas ou indenizações pagas ou devidas pelos Beneficiários como parte da celebração voluntária de Termo de Compromisso ou de outras espécies de acordos por eles pactuados nas esferas administrativas, civil ou penal, incluindo, mas não limitados aos órgãos reguladores e ao Ministério

Público, sendo certo que, neste caso, estas despesas serão de responsabilidade exclusiva dos Beneficiários.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de condenação dos Beneficiários confirmada por decisão judicial ou administrativa transitada em julgado, os Beneficiários perderão o direito a qualquer indenização ou ressarcimento a ela relacionados por parte da Companhia, sendo certo que todos os custos e despesas que tenham sido previamente desembolsados ou restituídos pela Companhia deverão ser ressarcidos pelos Beneficiários, estando tais valores sujeitos à correção pela inflação do momento de pagamento pelo Companhia até o seu efetivo ressarcimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ao Conselho de Administração autorizar os eventuais desembolsos ou ressarcimentos relativos a este artigo 32, sendo certo que o enquadramento de cada situação e a interpretação dos eventuais casos omissos será de sua inteira e exclusiva responsabilidade. Conforme o artigo 6º, parágrafo 4º deste Estatuto, não poderão participar desta deliberação quaisquer conselheiros que sejam parte interessada na decisão ou que sejam partes relacionadas aos Beneficiários em questão.

* * * *